



santa maria da feira assembleia municipal

EDITAL N.º 17/2026/DAOA-AM

ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2026, aprovada na sessão ordinária de 25 de setembro de 2026. -----

Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 28 de setembro de 2026. --

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(ADELINA DA CONCEIÇÃO SÁ PORTELA)



R.
João Cunha

ATA N.º 8 – No dia 26 de junho de 2026, na cidade de Santa Maria da Feira, no Europarque, reuniu, às 21H00, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Adelina da Conceição Sá Portela, e secretariada pelos(as) Sra.(as) José Carlos Pinto da Silva e Ana Patrícia Bastos da Cunha, respetivamente 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Prestação de Contas Consolidadas do Município – 2025;
- 4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes;
- 5 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2025-2026 / Juntas de Freguesia;
- 6 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de São Paio de Oleiros;
- 7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão – Obras de reabilitação e adaptação de acessibilidades ao edifício da junta de freguesia;
- 8 – Cultura Capital – Concurso da Capital Concelhia da Cultura;
- 9 – Doação de António Strecht Monteiro ao Município de Santa Maria da Feira;
- 10 – Contrato-Programa entre o Município de Santa Maria da Feira e a Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.
- Relatório de Monitorização – 1.º Trimestre de 2026;
- 11 – Relatório e Contas da Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., do ano de 2025.

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente –



Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Mário Jorge de Castro Reis, Sónia Marisa Lopes Azevedo, Paulo Jorge Leitão Marcelo, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves, Pedro Manuel Soares Vieira (em substituição do Vereador Márcio Santos Correia), e Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos. -----

Não estiveram presentes os Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques e Sérgio Manuel Murteira Cirino (o qual comunicou à Mesa a sua ausência). -

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-line. ---
Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, informou que os membros Ana Rita Castro de Sousa (PSD), Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS), Domingos Manuel da Silva Florim (PS), Manuel Ferreira Santos (PS), e Sandra Sofia Sá Santos Moutinho (CH) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- Ana Sousa: substituída pela Rute Marina Pinho Marques, -----
- Ana Lamas: substituída por Mário Jorge Soares da Silva Brito, -----
- Maria Fátima Oliveira: substituída por Lécio Jorge Pereira Dias, -----
- Domingos Florim: substituída por Armando Telmo Oliveira e Silva *(uma vez que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Maria de Fátima Rodrigues Ferreira – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de*



RB.
fer
ma cunha

comparecerem nesta sessão).-----

- Manuel Santos: substituído por Filipa Daniela Marques Pinheiro, -----
 - Sandra Moutinho: substituída por Sandra Maria Coelho da Silva Ribas. --
- Informou, ainda, da entrada na Mesa dos pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas e Uniãos de Freguesia:-----
- Argoncilhe: Pedro Alexandre da Silva Martins (PSD) – delegou a representação na Vogal do Executivo: Sandra Maria Gonçalves da Cruz, ----
 - Gião: Manuel Oliveira Leite (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Sónia Patrícia da Silva Gomes, -----
 - Guisande: Johnny Devis Baptista de Almeida (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Patrícia Henriques Almeida, -----
 - Milheirós de Poiares (IND): Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Sandra Maria de Lima Soares Pereira, -----
 - União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Cristina Manuela Cardoso Tenreiro (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Fernando Adriano Sousa Pinho.

Encontravam-se presentes, no início da sessão, 53 dos 61 membros que compõem esta Assembleia Municipal. Assim: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Adelina da Conceição Sá Portela; José Carlos Pinto da Silva; João Luís Almeida Cunha; Sandra Maria da Silva Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Solange da Cunha Figueiredo; José Moreira de Jesus Castro; Armando de Fontes Teixeira; Paulo Samuel Carvalho Ferreira Pinto; Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; António Perestrelo de Lima; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Rui Manuel de Azevedo Gomes Giro; Rute Marina Pinho Marques; Mário Jorge Soares da Silva Brito; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Sandra Maria



Gonçalves da Cruz; Arrifana – Joaquim Manuel dos Santos Teixeira; Caldas de São Jorge – José António dos Santos Ribeiro; Escapães – Ana Patrícia Bastos da Cunha; Fiães – Joaquim José Ferreira dos Santos; Fornos – César Jorge Pais Resende; Guisande – Patrícia Henriques Almeida; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Miguel Ângelo Costa e Silva; Mosteirô – Luís Filipe da Cruz Soares; Mozelos – Catarina de Oliveira Silva; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano Sousa Pinho; Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; Vale – Fausto Paiva dos Reis Sá; e Vila Maior – Andreia Silva Marques, -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Daniel Tavares Gomes; Rui Alves Rios; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Telma Mafalda Vieira Barbosa; Joaquim de Freitas; Marco António Gomes Gonçalves; Lécio Jorge Pereira Dias; Filipa Daniela Marques Pinheiro; Armando Telmo Oliveira e Silva; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Fernando Ferreira de Sousa; Pigeiros – António Alves Cardoso; Sanguedo – Avelino Pereira Oliveira Fontes; e São Miguel de Souto – Francisco Manuel de Oliveira Andrade, -----

Pelo Chega (CH): Juliana Catarina Pinho Carvalho; Ricardo Manuel da Silva Pinto; Tiago Francisco Pinto de Sousa; e Sandra Maria Coelho da Silva Ribas,

Pela Iniciativa Liberal (IL): Rui Luís Campos de Oliveira,-----

Independente (IND): Sandra Maria de Lima Soares Pereira – Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD); Minervina Ferreira da Silva Rocha (PSD), Roberto Pinto de Oliveira (PSD), e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Canedo



R.
João Cunha

– Licínio Francisco de Sousa da Costa Loureiro (PSD), Gião – Sónia Patrícia da Silva Gomes (PSD), Lobão – David António Henriques das Neves (PS), e Rio Meão – Filipe Edgar Reis Dias (PSD).-----

Faltou à sessão, sem ser substituído: Nuno João Marques Soares Albergaria

– Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver (PS). -----

Seguidamente, a Sra. Presidente da Assembleia informou que o documento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, que faz a súmula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 30 de abril de 2026, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A Sra. Presidente da Assembleia introduziu o Período em epígrafe e, a pedido do mesmo, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que esta sua intervenção se prendia com o sismo que afetou a Venezuela, o qual já tinha provocado centenas de mortos contabilizados até ao momento, entre os quais, 28 portugueses ou luso-descendentes.-----

Acrescentou que, como é do conhecimento dos senhores deputados, em Caracas existe uma das mais fortes comunidades de Santa Maria da Feira, presidida por Mónica, presidente da associação civil Amigos de Terras de Santa Maria. Informou que, desde o primeiro momento, a Câmara Municipal tem estado em contacto com aquela comunidade, procurando obter informações sobre os portugueses e, em particular, sobre os portugueses naturais de Santa Maria da Feira. Informou, ainda, que até agora não havia notícia de qualquer vítima mortal natural do concelho de Santa Maria da Feira, embora subsistissem casos de pessoas incontactáveis.-----
Informou, também, ter prestado solidariedade em nome da Câmara

R.
fu
the curbe



Municipal e, naturalmente, da Assembleia Municipal bem como do povo de Santa Maria da Feira. Acrescentou ter contactado o Senhor Secretário de Estado das Comunidades e que o Município já se encontra em coordenação com o Instituto Camões, a prestar ajuda humanitária ao povo da Venezuela. Por fim, disse pretender registar esta nota e, com a autorização da Sra. Presidente da Assembleia, propor um voto de solidariedade para com a Venezuela e o seu povo, um voto de pesar por todas as vítimas mortais e pelas respetivas famílias enlutadas, assim como se observasse um minuto de silêncio. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** referiu que a Assembleia se associa também a este voto, pelo que é um voto da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar o voto de solidariedade e de pesar em referência. De seguida, foi guardado um minuto de silêncio. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia informou da existência de 4 documentos para serem apreciados neste Período – 2 da IL e 2 do CH – os quais, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

De seguida, passou a palavra ao membro Rui Oliveira para fazer a apresentação da recomendação e do voto de saudação trazidos pela IL. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“VOTO DE SAUDAÇÃO -----

O grupo Municipal da Iniciativa Liberal presente na Assembleia Municipal



R.
tu
Ina Cunha

de Santa Maria da Feira, saúda os cidadãos Alexandre e Carla Quintas pelo elevado sentido cívico, de humanidade e solidariedade demonstrados na assistência prestada às crianças encontradas em situação de abandono no concelho de Alcácer do Sal. -----

Num período em que o país tem acompanhado com preocupação vários casos de violência e vulnerabilidade infantil, o gesto de Alexandre e Carla Quintas surge como um exemplo inspirador do melhor que existe na nossa sociedade.-----

Perante uma situação de evidente fragilidade, escolheram não ficar indiferentes. -----

Escolheram ajudar, proteger e agir. -----

E é precisamente essa capacidade de colocar a humanidade acima da indiferença que torna o seu comportamento digno de reconhecimento público.-----

O grupo municipal da Iniciativa Liberal de Santa Maria da Feira expressa assim a sua saudação a Alexandre e Carla Quintas, reconhecendo publicamente a nobreza do seu comportamento e o exemplo de cidadania que proporcionaram ao país.” -----

“RECOMENDAÇÃO – AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE MICROMOBILIDADE E SEGURANÇA DOS UTILIZADORES VULNERÁVEIS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira recomenda à Câmara Municipal que promova, através dos serviços municipais competentes e/ou dos órgãos municipais que considere adequada uma avaliação das condições de circulação associadas à micromobilidade e à segurança dos utilizadores vulneráveis do espaço público no concelho. -----

Considerando que: -----

- As formas de mobilidade estão a evoluir, verificando-se um crescimento da utilização de bicicletas, bicicletas elétricas, trotinetes e outros meios de



deslocação suave; -----

- Esta realidade traz novos desafios ao nível da convivência entre peões, utilizadores de micromobilidade e tráfego automóvel;-----
- A prevenção deve constituir um princípio orientador das políticas públicas locais, permitindo identificar riscos e oportunidades antes da ocorrência de problemas mais graves; -----
- A adaptação do espaço público às novas formas de mobilidade não implica necessariamente grandes investimentos, podendo passar por melhorias de sinalização, visibilidade, organização do trânsito ou reforço da segurança em zonas sensíveis;-----
- A segurança rodoviária e a proteção dos utilizadores mais vulneráveis são objetivos de interesse público que justificam uma análise regular da realidade existente;-----

A Assembleia Municipal recomenda que seja efetuada uma avaliação das condições existentes no concelho, com especial atenção a: -----

- a) Zonas escolares, equipamentos de saúde e equipamentos sociais; -----
- b) Cruzamentos, passadeiras e locais de maior interação entre diferentes modos de transporte; -----
- c) Necessidades de melhoria da sinalização, visibilidade e acalmia de tráfego;
- d) Oportunidades de utilização de soluções tecnológicas que contribuam para uma mobilidade mais segura e eficiente. -----

A presente recomendação não visa criar novas estruturas administrativas nem determinar a forma como esta avaliação deve ser realizada, cabendo ao Município utilizar os meios e mecanismos que entenda mais adequados para esse efeito, nomeadamente requerer ao Conselho Municipal de Segurança, que se pronuncie se é ou não competente nesta matéria.” -----

Interveio o membro **Tiago Sousa** (CH), que apresentou e explanou a recomendação que, seguidamente, se transcreve: -----



R.
fr
João Cunha

“ESTRADAS E AS TAMPAS DE SANEAMENTO -----

O grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2026, recomenda que seja feito uma vistoria técnica urgente pelos técnicos camarários, às estradas do concelho (municipais e nacionais), de forma a aferir da necessidade de intervenção por parte da concessionária Indagua, na reparação das tampas de saneamento. -----

Quase todas as ruas do concelho têm tampas de saneamento com abatimentos em relação ao piso e/ou danificadas no betuminoso em redor delas, que danifica as viaturas que aí circulam. -----

Outra situação também a necessitar de intervenção por parte da Indagua, é a colocação de materiais absorventes do ruído provocado pela passagem de automóveis por cima da tampa em relação ao aro. Essa inspeção, obviamente não poderá contemplar todas as estradas com saneamento no concelho de Santa Maria da Feira, mas deverá ser priorizado as estradas municipais ou nacionais de maior tráfego viário. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2026, delibera: -----

- 1 - Solicitar, com caráter de urgência, à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, a realização de uma vistoria técnica extraordinária às ruas com maior tráfego viário, no que concerne ao estado das tampas de saneamento.
- 2 - Enviar esse relatório para a concessionária Indagua, estabelecendo prazos para a sua reparação. -----
- 3 - Caso necessário, avançar com os meios ao seu dispor para que as estradas de Santa Maria da Feira deixem de ter este flagelo, a bem de todos os condutores viários e dos Feirenses em particular.” -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que apresentou e explanou a proposta de recomendação que, seguidamente, se transcreve: --

“PARQUES FOTOVOLTAICOS -----



O Grupo Municipal do Partido CHEGA na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2026, apresenta a seguinte Proposta de Recomendação à Assembleia Municipal para que esta recomende à Câmara Municipal relativamente aos parques fotovoltaicos. -----

Considerando que: -----

- A transição energética e o desenvolvimento de fontes de energia renováveis são vetores importantes, mas devem ser obrigatoriamente compatibilizados com a proteção do território, o ordenamento do espaço e o bem-estar das comunidades locais; -----

- A instalação de grandes centrais e parques fotovoltaicos em regime de exploração intensiva e extensiva do solo tem sacrificado vastas áreas ecológicas por todo o país, um cenário que já ameaça de forma iminente o distrito de Aveiro; -----

- A ocupação massiva de solos agrícolas de elevada aptidão, áreas florestais ou zonas de reserva

natural destrói ecossistemas locais, põe em risco a biodiversidade e desfigura irreversivelmente a identidade cultural e paisagística do nosso concelho; -----

- O forte impacto visual e ambiental destas megaestruturas gera uma rejeição justificada por parte das populações afetadas, as quais são frequentemente remetidas ao silêncio e excluídas dos processos de decisão;

- É imperativo salvaguardar Santa Maria da Feira deste modelo de exploração predatório, garantindo que o progresso energético não se faça à custa da desertificação verde e da desvalorização do nosso património natural. -----

Face ao exposto, o Grupo Municipal do CHEGA propõe que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira recomende à Câmara Municipal que: ---

1. Inviabilize, no âmbito das suas competências de planeamento, ordenamento do território e licenciamento urbanístico, a instalação de



[Handwritten signature]

grandes centrais ou parques solares fotovoltaicos que impliquem a ocupação extensiva de solos classificados como agrícolas, florestais ou de salvaguarda natural no concelho. -----

2. Promova e priorize modelos alternativos de transição energética descentralizada, incentivando a instalação de painéis solares em zonas urbanas, coberturas de edifícios industriais, comerciais ou habitacionais, e em áreas já degradadas, evitando o desperdício de solo produtivo.-----

3. Garanta a auscultação obrigatória das populações e juntas de freguesia locais perante qualquer intenção de projeto energético de impacto relevante no território do município.” -----

Seguidamente, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a discussão os 4 documentos apresentados, passando a palavra ao membro Rui Oliveira. ----

Entraram os membros Carlos Seixas e Sónia Patrícia Gomes. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que referiu que as propostas apresentadas pelo partido Chega abrangem duas matérias distintas, relativamente às quais a Iniciativa Liberal também assume dois sentidos de voto diferentes.-----

Relativamente à recomendação sobre as tampas de saneamento, informou que a Iniciativa Liberal vota favoravelmente, por considerar que a manutenção das infraestruturas públicas constitui uma obrigação essencial de qualquer município. Acrescentou esperar que a vistoria seja acompanhada de um plano de prioridades e de prazos concretos para a resolução das situações que venham a ser identificadas. -----

Quanto à questão dos painéis fotovoltaicos, informou que a Iniciativa Liberal vota contra, esclarecendo que não está totalmente contra a ideia apresentada, mas considera incorreto abordar o tema de forma genérica, defendendo que cada situação deve ser analisada caso a caso, ponderando



a relação custo/benefício das medidas propostas. -----
Referiu que não se iria alongar sobre a matéria, mencionando que, na noite anterior, a RTP2 tinha transmitido uma reportagem sobre o investimento realizado pela China em painéis fotovoltaicos, ressaltando que é necessário perceber onde se encontra o desenvolvimento e quais as consequências desse desenvolvimento.-----

Relativamente aos parques fotovoltaicos que estão pensados, afirmou concordar que os mesmos não devem avançar, mas ressaltou não poder assumir a mesma posição relativamente a eventuais projetos futuros, reiterando que deve ser analisada caso a caso. -----

Usou da palavra o membro **João Cunha** (PSD), que começou por se pronunciar sobre a recomendação apresentada pelo partido Chega relativa aos parques fotovoltaicos. Informou que o grupo municipal do PSD vota favoravelmente a recomendação, por partilhar a preocupação com o território, a paisagem e a preservação dos solos agrícolas. No entanto, salientou que, no que respeita às competências dos municípios, não se podem criar procedimentos que a própria lei não prevê. Explicou que, no âmbito do licenciamento urbanístico, a Câmara Municipal está vinculada ao cumprimento do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e da restante legislação aplicável a este tipo de processos, não podendo, por isso, exigir pareceres prévios ou criar mecanismos de autorização que ultrapasassem as competências legalmente atribuídas. Referiu, assim, que o PSD entende esta recomendação como um apelo político em defesa do território e não como uma proposta de alteração das competências municipais.-----

Relativamente à recomendação, também do partido Chega, sobre as tampas de saneamento, referiu que a mesma propõe a realização de uma vistoria técnica urgente e extraordinária, bem como a elaboração de um relatório específico. Informou que o grupo municipal do PSD se iria abster, por



R.
Fe
Ana Curbe

considerar que, embora o objetivo fosse legítimo, a recomendação sugere um procedimento já praticado, uma vez que os serviços municipais, no exercício da sua atividade normal e regular, já efetuam esse trabalho. -----

Quanto à recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal sobre a micromobilidade, informou que o grupo municipal do PSD se iria abster. Registou que a proposta visa a avaliação das condições de circulação e de segurança da micromobilidade e esclareceu que o PSD partilha, naturalmente, a preocupação com a segurança rodoviária e com a proteção dos utilizadores mais vulneráveis, designadamente crianças, idosos e pessoas com limitações de mobilidade. Contudo, salientou que a avaliação das condições de circulação, da sinalização e da segurança dos peões e dos demais utilizadores da via pública já é realizada pelos serviços municipais. Disse que, embora entenda que a recomendação não acrescenta medidas relevantes ao trabalho já desenvolvido pelos serviços, considera que é benévola e pertinente, razão pela qual o grupo municipal do PSD opta pela abstenção e não pelo voto contra. -----

Relativamente ao voto de saudação aos cidadãos Alexandre e Carla Quintas, afirmou que o mesmo reconhece um exemplo notável, razão pela qual o grupo municipal do PSD o vota favoravelmente. Concluiu dizendo que, num tempo marcado por exemplos negativos, é importante destacar exemplos positivos e de altruísmo excecional. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

- Voto de Saudação (IL): *aos cidadãos Alexandre e Carla Quintas* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 55 votos a favor (PSD:35, PS:14, CH:4, IL, IND), aprovar o voto de saudação em referência. -

- Recomendação (IL): *“Avaliação das Condições de Micromobilidade e*

R.
for
Indicador



Segurança dos Utilizadores Vulneráveis no Município de Santa Maria da Feira -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:14, CH: 4, IL, IND) e 35 abstenções (PSD), aprovar a recomendação em referência.-----

- Recomendação (CH): *“Estradas e as tampas de saneamento”* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS:14, CH: 4, IL, IND) e 35 abstenções (PSD), aprovar a recomendação em referência.-----

- Recomendação (CH): *“Parques Fotovoltaicos”*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 35, PS: 1, CH: 4, IND), 1 votos contra (IL) e 13 abstenções (PS), aprovar a recomendação em referência.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia permitiu, a cada grupo municipal, usar da palavra para colocar questões à Câmara, de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Sandra Ribas. -----

Entraram os membros Minervina Rocha, David Neves, Licínio Loureiro e Roberto Oliveira. -----

A deputada municipal **Sandra Ribas** (CH) referiu que o grupo municipal do partido Chega pretendia colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, começando por questionar se o fecho do Serviço de Finanças de Lobão era passível de revogação e quais tinham sido os desenvolvimentos ocorridos desde a última sessão da Assembleia Municipal.-----
Perguntou ainda se estava prevista alguma intervenção na Linha do Vouga,



que contemple a automatização das passagens de nível que ainda não se encontram automatizadas e, em caso afirmativo, para quando está prevista a sua concretização. -----

Relativamente às paragens de autocarro no concelho, questionou quando terá início a instalação, referindo que havia terminado mais um ano letivo e que continuam a existir, em diversos locais, algumas inadequadas e, nalguns casos, a inexistência de paragens. Perguntou, assim, se as mesmas estarão instaladas a tempo do início do novo ano escolar. -----

Questionou igualmente se a empresa P. Parques está a cumprir os pagamentos devidos à Câmara Municipal, recordando que esta questão já tinha sido colocada na última sessão, sem que tivesse sido obtida resposta. Por fim, perguntou se a recomendação apresentada pelo partido Chega, aprovada, por unanimidade, em Assembleia Municipal sobre o estado degradado das estradas nacionais do concelho, tinha sido remetida à entidade competente bem como a resposta da empresa, Infraestruturas de Portugal.-----

Interveio a deputada municipal **Carla Adriana** (PS), que referiu que voltava a trazer à Assembleia a situação do pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, porquanto, apesar de ter sido informada de que as obras tinham começado, subsistiam algumas questões por resolver. Recordou que o assunto tinha sido suscitado em fevereiro e afirmou que existe um limite para a paciência que pode ser exigida à comunidade escolar, entendendo que esse limite tinha sido ultrapassado.-----

Nesse sentido, solicitou formalmente que o Executivo, através do Sr. Presidente da Câmara, prestasse informação sobre o estado atual do processo, questionando ainda se, após o início das obras, tinham surgido constrangimentos que provocaram atrasos, bem como o calendário concreto, e não meramente indicativo ou condicionado, previsto para a conclusão das obras.-----



Solicitou, igualmente, esclarecimentos sobre as soluções temporárias que estão a ser equacionadas para garantir aos alunos condições para a prática da atividade desportiva durante o período de realização das obras, referindo que, ao que tudo indica, pelo menos durante o primeiro semestre do próximo ano letivo, não haverá atividades letivas no pavilhão. Disse pretender saber quais serão as alternativas para os alunos que, no ano letivo 2025/2026, já não tiveram acesso ao espaço, bem como para as associações que o utilizavam para a prática desportiva regular. -----

Concluiu afirmando que esta não é uma questão relacionada com procedimentos administrativos ou com as condições meteorológicas, mas sim com a necessidade de perceber de que forma se vai processar a prática desta atividade, reiterando que pretende obter respostas concretas às questões colocadas. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS), que começou por dar nota que faria do Serviço de Finanças de Lobão um tema recorrente, tal como o da Indaqua, comprometendo-se abordá-lo em todas as sessões até que os cidadãos obtenham as respostas. -----

Recordou que, na sessão anterior, questionou o Executivo Municipal sobre quando agiria e que, na ocasião, o Sr. Presidente da Câmara afirmara que o serviço estava condenado à morte, face à publicação de uma portaria.-----

Acrescentou que os deputados do Partido Socialista, eleitos pelo distrito de Aveiro, não se conformaram por entenderem que o Nordeste do concelho merecia mais do que a mera aceitação da perda de serviços públicos essenciais. Informou que aqueles deputados questionaram o Governo sobre o encerramento do Serviço de Finanças, tendo a resposta governamental sido a de que não encerraria. Leu, de seguida, a resposta do Governo, segundo a qual, no âmbito da fusão do Serviço de Finanças Feira 3 no Serviço de Finanças Feira 2, o atendimento ao público se manteria em Lobão, no mesmo local onde funcionava o Serviço de Finanças Feira 3,



AB.
Fe
Incunhe

garantindo que cidadãos e empresas do Nordeste do concelho continuariam a dispor de um serviço presencial de proximidade.-----

Considerou, assim, que o tinha sido apresentado como uma “morte antecipada” parece agora estar “nos cuidados intensivos”, afirmando que o Governo já não diz que o serviço vai encerrar, mas apenas que muda de designação, mantendo o funcionamento em Lobão.-----

Contudo, salientou que o serviço continua encerrado ao público, e, nessa medida, voltou a questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre as medidas a adotar, sublinhando que, se o Governo afirma que o serviço não encerra, importa esclarecer por que motivo continua de portas fechadas e a população permanece sem acesso ao serviço público. -----

Prosseguindo a sua intervenção, recordou igualmente a resposta anteriormente dada pelo Sr. Presidente da Câmara, segundo a qual o Nordeste do concelho está a ser cada vez mais procurado por jovens casais e os principais utilizadores do Serviço de Finanças são pessoas idosas, pelo que o encerramento de serviços públicos tem menor impacto na atratividade da zona do concelho, com a qual concorda parcialmente.-----

Clarificou que essa afirmação é, apenas, parcialmente verdadeira, referindo que o próprio E-balcão lhe respondera que os serviços se encontram atrasados devido ao processo de fusão dos serviços de finanças. Defendeu, por isso, que os prejuízos não afetam apenas quem necessita do atendimento presencial, mas todos os cidadãos abrangidos pelo Serviço de Finanças Feira 2, bem como os profissionais envolvidos que não vêm os seus assuntos resolvidos, atempadamente, em consequência do processo de fusão.-----

Acrescentou que os cidadãos do Nordeste do concelho continuam sem compreender a situação, salientando que o Governo já tinha prestado esclarecimentos, faltando agora conhecer a posição do Executivo Municipal. Questionou, por isso, o que tem o Executivo a dizer sobre esta matéria, observando que pertence ao mesmo partido político do Governo. Referiu ainda que, enquanto o Sr. Presidente da Câmara tinha defendido que o

R.
fu
Inacurba



encerramento era inevitável, o próprio Governo veio a demonstrar que essa inevitabilidade não era absoluta. -----

Concluiu, defendendo que, embora reconhecesse a necessidade de reformular os serviços públicos e, em particular, os serviços da Autoridade Tributária, essa reorganização deve ser feita em função das necessidades as populações. A esse propósito, referiu o caso da freguesia de Pigeiros que, há vários anos, reivindica a sua integração no Serviço de Finanças Feira 1, pelas melhores ligações de transporte público, e agora, para o Serviço de Finanças Feira 2, considerando que tal reivindicação foi esquecida porquanto o Executivo Municipal não se pronunciou sobre ela. -----

Por fim, afirmou que Santa Maria da Feira é um dos maiores municípios do país, e que o dizia com orgulho, e que, nas palavras do Sr. Presidente, é um dos municípios mais vibrantes, pelo que está na altura de usar essa posição para exigir junto do Governo Central que o Nordeste do concelho de Santa Maria da Feira seja devidamente valorizado. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que começou por referir que o grupo municipal do PS se associa ao voto de solidariedade, de pesar e de apoio ao povo da Venezuela e das comunidades portuguesas residentes naquele país. -----

De seguida, disse querer fazer três pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, o primeiro respeitante a uma notícia divulgada pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a resposta à crise da habitação, através da criação de 119 novas habitações, concretizada no avanço de 63 fogos de habitação acessível e na abertura de concursos para a atribuição de mais 56 habitações municipais. -----

Manifestou a satisfação do grupo municipal do PS por este anúncio, considerando que constitui, também, motivo de satisfação para todos os feirenses, mas questionou a localização quer dos 63 fogos de habitação acessível, quer das 56 habitações municipais postas a concurso. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Solicitou, ainda, que fosse clarificada a relação deste anúncio com a Estratégia Local de Habitação, especialmente com a previsão de construção de 30 habitações a custos controlados em terrenos municipais. Aproveitou, igualmente, para solicitar um ponto de situação sobre a execução da citada Estratégia Local de Habitação, tendo em conta as preocupações conhecidas sobre o financiamento suportado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) bem como os prazos de execução dos respetivos projetos.-----

Disse que o segundo pedido de esclarecimento incide sobre o acesso aos ecocentros por parte das juntas de freguesia, tema já abordado, neste órgão, sem que tivesse existido qualquer desenvolvimento, dando, como exemplo, a Junta de Freguesia de Souto, que, dispondo de um ecocentro, continua a transportar resíduos para Canedo. Acrescentou que, de acordo com a informação recebida de várias freguesias, esta situação constitui um obstáculo à recolha de monos e dificulta um processo importante para os munícipes. -----

Por último, retomando a intervenção da deputada Carla Adriana sobre o pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, referiu pretender complementar que aquele equipamento, para além da sua função no âmbito da educação física dos alunos, constitui também uma resposta fundamental para a atividade desportiva e para a formação das camadas jovens, fora do período letivo, durante os fins de semana, férias escolares e na realização de grandes eventos. -----

Acrescentou que, na cidade de Santa Maria da Feira, a realização desses eventos pelas associações e clubes desportivos depende, essencialmente, dos pavilhões Fernando Pessoa, de Arrifana, de São João de Ver e da Lavandeira. Assim, estando os pavilhões de Arrifana e da Escola Básica Fernando Pessoa em obras, questionou quais as alternativas previstas para os jovens atletas, clubes e associações que deles necessitam para manter a sua atividade desportiva, bem como para assegurar a realização dos eventos desportivos calendarizados. -----



Por fim, questionou a situação do programa “Vives Santa Maria da Feira”, referindo que, pelo que sabe, o mesmo utilizava o pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, e que esta atividade deveria iniciar-se na semana seguinte.

Interveio o membro **António Lima** (PSD), que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“O Imaginarius, Festival de Artes Performativas em Espaço Público, voltou a confirmar a sua importância enquanto projeto cultural de referência do Município. Ao longo dos anos, consolidou uma marca própria, reconhecida pelo público, pelos agentes culturais, pelos artistas e pelas redes ligadas às artes performativas. Mostra também que o investimento municipal em cultura gera notoriedade, valor para o território, valorização dos seus agentes criativos e maior envolvimento da comunidade. -----

A edição de 2026 teve um peso simbólico especial, ao assinalar o 25.º aniversário do festival. Destacou-se pela diversidade da programação, pelo rigor da implementação e pela capacidade de organização de um evento com esta escala. -----

A forma como decorreu confirma que o Imaginarius continua atual e capaz de colocar Santa Maria da Feira num patamar cultural exigente e diferenciador.-----

Durante três dias, o festival acolheu mais de 150 artistas provenientes de 16 países, com uma programação composta por 38 espetáculos, uma instalação artística e mais de 130 apresentações no espaço público. Estes números mostram a dimensão do evento e a sua capacidade de mobilizar públicos, equipas, parceiros e projetos de diferentes países. -----

Importa sublinhar que o Imaginarius representa uma visão muito própria para Santa Maria da Feira. O festival tem contribuído para posicionar o concelho no mapa cultural nacional e internacional, associando o nosso território à criatividade, à inovação, à formação de novos criadores e à capacidade de acolher projetos artísticos de elevada exigência. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Em várias propostas, Santa Maria da Feira está entre os primeiros territórios a receber determinados projetos. Em alguns casos, é mesmo um dos poucos lugares onde essas criações são apresentadas. Essa coragem também deve ser reconhecida. -----

A dimensão económica do festival merece igualmente atenção. Durante os dias de programação, o Imaginarius recebeu cerca de 60 mil visitantes, contribuindo para dinamizar o centro urbano, aumentar a circulação de pessoas e reforçar a atividade da restauração, do comércio local, da hotelaria e de vários serviços associados. -----

Este impacto faz parte do retorno do investimento público realizado. A cultura, quando é bem pensada e bem executada, deve ser entendida como investimento na atratividade do território, na economia local, na identidade e na qualidade de vida dos cidadãos. -----

Deve ainda ser reconhecido o trabalho das equipas envolvidas na preparação e concretização desta edição. Um festival desta dimensão exige planeamento, coordenação, capacidade técnica, gestão operacional e articulação entre diferentes serviços, parceiros e agentes. O Pelouro da Cultura, Turismo e Património, a direção artística, as equipas de produção, comunicação, técnica, logística, segurança, mediação, os artistas, voluntários, serviços municipais, associações, comerciantes e parceiros tiveram um papel essencial para o sucesso do evento. -----

Este reconhecimento deve também abrir uma reflexão responsável sobre o futuro do festival. O Imaginarius é hoje um ativo estratégico para Santa Maria da Feira e deve continuar a ser tratado com ambição, rigor e exigência. A sua valorização implica continuidade, planeamento, avaliação de impacto, boa gestão dos recursos públicos e capacidade de renovação. Consolidar o festival é continuar a criar condições para que a sua evolução seja constante. A edição de 2026 confirma que Santa Maria da Feira dispõe, no Imaginarius, de um projeto cultural com impacto em várias dimensões. -----

O festival contribui para a afirmação externa do concelho, para a

R.
fu
Inalcento



dinamização da cidade, para a qualificação da oferta cultural e para o reforço da identidade local. -----

Por estas razões, justifica-se o reconhecimento pela realização desta edição e pela importância do Imaginarius enquanto projeto estruturante da política cultural municipal. A continuidade deste trabalho deve ser defendida com sentido estratégico, responsabilidade financeira e compromisso com a qualidade.-----

Santa Maria da Feira beneficia de ter um festival com esta dimensão e este reconhecimento. O desafio político é garantir que esse valor continua a ser protegido, desenvolvido e colocado ao serviço do concelho, dos cidadãos e da projeção futura de Santa Maria da Feira.” -----

Para concluir, o membro António Lima destacou ainda que Santa Maria da Feira foi a cidade selecionada para acolher a próxima Assembleia-Geral anual da Circoestrada Network, a rede internacional para o circo contemporâneo e as artes em espaço público, realçando que Santa Maria da Feira está no caminho certo. -----

Interveio o membro **Fernando Adriano Pinho** (PSD), que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve: -----

“Hoje quero usar esta intervenção para reconhecer publicamente dois investimentos que representam um momento muito importante para a nossa União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e, simultaneamente, para todo o concelho. -----

Vivemos tempos em que, por vezes, a discussão política se centra mais naquilo que falta fazer do que naquilo que efetivamente se concretiza. É por isso que considero importante saber reconhecer quando projetos estruturantes deixam de ser intenções e passam a ser realidade. Refiro-me, em primeiro lugar, ao início da construção da nova Escola Básica Feira Centro. -----

Falamos de um investimento superior a 10 milhões de euros, que vai oferecer



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

às nossas crianças, aos professores, aos assistentes operacionais e às famílias um equipamento educativo moderno, inclusivo e preparado para responder às exigências do século XXI. Mas esta obra representa muito mais do que um edifício novo. -----

Representa a aposta na educação como prioridade. Representa melhores condições de aprendizagem, melhores condições de trabalho e uma escola aberta à comunidade, através da reabilitação do pavilhão gimnodesportivo, que poderá ser utilizado também pela população. Importa igualmente reconhecer que este foi um processo complexo, que exigiu persistência, capacidade negocial e visão estratégica. -----

Desde a permuta do imóvel com o Estado até à aprovação do Tribunal de Contas, foram muitos os obstáculos ultrapassados antes de ser possível iniciar a obra. É justo reconhecer esse trabalho. -----

A segunda referência dirige-se ao lançamento do concurso público para a futura Pista Municipal de Atletismo, em Sanfins. Trata-se de uma infraestrutura há muito desejada pelo movimento associativo e pelos atletas do nosso concelho. -----

Estamos perante um investimento de cerca de 3,7 milhões de euros que permitirá dotar Santa Maria da Feira de um equipamento capaz de servir a formação, o treino, a competição e até a realização de provas oficiais. Mais uma vez, estamos a falar de um investimento que olha para o futuro. -----

Investir no desporto é investir na saúde, na educação, na inclusão social e na promoção de estilos de vida saudáveis. É criar oportunidades para que os nossos jovens possam desenvolver o seu talento sem terem de procurar noutros concelhos as condições que aqui devem existir. Enquanto membro do Executivo da Junta da União de Freguesias, não posso deixar de manifestar satisfação por ver dois equipamentos estruturantes nascerem precisamente no nosso território. Naturalmente, continuaremos a ser exigentes. -----

Continuaremos a defender novos investimentos e a acompanhar a execução

R.
A. Cunha



destas obras para que sejam concluídas dentro dos prazos e com a qualidade que todos desejamos. Mas também acredito que a política se faz com sentido de justiça. Quando as coisas são bem feitas, quando existem decisões que melhoram efetivamente a vida das pessoas, devemos ter a capacidade de o reconhecer. -----

Por isso, deixo uma palavra de congratulação ao Senhor Presidente da Câmara, ao Executivo Municipal e aos serviços da Câmara pelo trabalho desenvolvido na concretização destes dois projetos. Porque investir na educação e no desporto é investir nas pessoas. E investir nas pessoas é, seguramente, a melhor forma de construir o futuro de Santa Maria da Feira.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos às questões abordadas, iniciando com o tema do Serviço de Finanças de Lobão. Esclareceu que, na última sessão da Assembleia Municipal, nem ele nem a Câmara Municipal, tinham afirmado que o Serviço de Finanças estava “condenado à morte”. Recordou que, durante o período da troika, defendera, de forma intransigente, a manutenção dos quatro serviços de finanças do concelho e que, mais recentemente, se envolvera fortemente no processo de desagregação das freguesias, sempre em respeito pela vontade das populações. Considerou, por isso, possuir um historial de atuação que demonstra a sua permanente preocupação com todas as freguesias do concelho. -----

Informou que, no âmbito dessas preocupações, após a reunião de Câmara e a sessão da Assembleia Municipal, no dia 8 de maio, dirigiu um e-mail à Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Dra. Cláudia Reis Duarte, o qual contraria a tese de uma “morte anunciada” e a ideia de que nada tinha sido feito. -----

Acrescentou que, nessa comunicação, manifestou, em termos gerais, a sua discordância relativamente à situação, conforme já tinha sido afirmado em Assembleia, por considerar que a mesma estava a criar alarme junto da



R.
fa
maquina

população, das diferentes sensibilidades políticas e da própria Câmara Municipal, devido ao impacto que representava na proximidade e no acesso dos cidadãos a um serviço público essencial. Referiu ainda que, no citado e-mail, se pediram esclarecimentos sobre os critérios e fundamentos que sustentaram a decisão tomada, por entender que Lobão reunia todas as condições para manter em funcionamento o serviço de proximidade. Acrescentou que foi, igualmente, relatado tratar-se de uma zona em crescimento populacional, onde o Município tem vindo a realizar um forte investimento em áreas fundamentais como a saúde, a educação e o desporto, sublinhando-se, ainda, que Santa Maria da Feira é um concelho de grande dimensão territorial e populacional, com cerca de 216 km² e mais de 140 mil habitantes, sendo, por isso, essencial garantir uma rede equilibrada e acessível de serviços da Administração Central. Participou que a Câmara Municipal manifestou total disponibilidade para colaborar na procura de soluções que permitissem assegurar a manutenção do serviço, considerado fundamental para a população, concluindo com um pedido de especial atenção, bem com de esclarecimentos sobre as razões que determinavam a extinção ou reorganização do Serviço de Finanças de Lobão.-----

Informou ainda que, em 11 de maio, a Senhora Secretária de Estado respondera à Câmara Municipal, em termos idênticos aos que, posteriormente ou em simultâneo, foram transmitidos aos deputados do Partido Socialista, comentando que estes tinham, seguramente, a mesma preocupação e a mesma celeridade que o Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira. Referiu que, na resposta, e como mencionado pela deputada Telma Barbosa, a Senhora Secretária de Estado afirmara que a fusão não implicava o encerramento do atendimento ao público em Lobão, não existindo, nem estando prevista, qualquer diminuição da proximidade ou da acessibilidade dos cidadãos do município aos serviços da Autoridade Tributária. Acrescentou ainda que se tratava de uma medida de racionalização e eficiência que não comprometia o atendimento ao público,

R.
fa
Avelunha



em ambos os locais, mantendo a reorganização o atendimento ao público nas mesmas instalações, sitas na Rua do Comércio, em Lobão, continuando assim a população que utilizava este serviço de Finanças a dispor de uma rede presencial e de proximidade adequada. -----

Prosseguiu referindo que a diferença, do ponto de vista político, residia no facto de ter na sua posse, desde o dia 11 de maio, a resposta da Senhora Secretária de Estado, a qual poderia ter divulgado na comunicação social como uma grande vitória, pois aquilo que inicialmente era apresentado como um encerramento de serviços, afinal não correspondia a um encerramento, de acordo com os documentos assumidos pelo Governo.-----

Acrescentou compreender a posição do Partido Socialista, considerando legítimo que procurasse demonstrar que os seus deputados tinham trabalhado sobre a matéria e que o Presidente da Câmara não tinha revelado a mesma preocupação. Contudo, salientou que ambas as preocupações existiram, em simultâneo. -----

Esclareceu que a preocupação inicial incidia sobre o eventual encerramento do serviço, mas que a Câmara Municipal continua preocupada com o serviço que efetivamente está a ser prestado em Lobão e com aquilo que está a acontecer no terreno, situação que vem acompanhando, em diálogo com a Junta de Freguesia, procurando aferir que serviços estão efetivamente a ser prestados e quais as informações transmitidas à população. -----

Sublinhou tratar-se de duas situações distintas, esclarecendo que uma coisa é um serviço encerrar e outra diferente é um serviço manter-se em funcionamento. Para ilustrar essa diferença, comparou a situação a um posto médico que permanecesse aberto, mas sem médicos ou a funcionar deficientemente, referindo que, embora não estivesse encerrado, também não cumpriria as funções que dele eram esperadas. Considerou que é precisamente essa a situação que entende verificar-se relativamente ao Serviço de Finanças de Lobão e que é, esse o problema, que importa resolver. Afirmou ainda existir consenso quanto à necessidade de garantir o



Handwritten signature and initials

funcionamento efetivo daquele serviço e que nunca assumira uma defesa intransigente do Governo, mas sim dos cidadãos do concelho. Assim, referiu que, de acordo com a informação prestada pelo Governo, o Serviço de Finanças de Lobão não se encontra formalmente encerrado, importando agora verificar quais os serviços que ali estão, efetivamente, a ser prestados. Aproveitou igualmente para responder à restante intervenção da deputada do Partido Socialista, afirmando que a Câmara Municipal também é contra a retirada de serviços públicos do território. Nesse sentido, recordou que o Município anunciou logo à partida a criação de um Espaço Cidadão na freguesia de Lobão, encontrando-se igualmente prestes a abrir um Espaço Cidadão na freguesia de Canedo, salientando que ambas as freguesias pertencem ao Nordeste do concelho. -----

Acrescentou que também é público que o Município está a realizar, com muito mais dinheiro do que o PRR tem disponível, obras na Unidade de Saúde de Lobão, considerando tratar-se de um serviço fundamental. Recordou, igualmente, que tinha sido evitado o encerramento do Posto de Saúde do Vale, contrariando uma posição do governo, a recente inauguração da moderna Unidade de Saúde de Canedo, o concurso para a reabilitação integral da Escola da Corga, em Gião, bem como do pavilhão, informando que, dentro de pouco tempo, entraria em funcionamento uma nova Unidade de Saúde Familiar, na freguesia de Romariz, praticamente concluída e financiada com recursos municipais. -----

Considerou que todos estes investimentos demonstram que não existe qualquer abandono das freguesias do Nordeste do concelho, contrariando a perceção que, no seu entender, alguns procuram transmitir, assumindo-se como porta-vozes de uma realidade que não corresponde aos factos. Acrescentou que o Município contraria essa perceção, não com promessas, mas com obras e factos concretos, alguns já concluídos, outros em execução e, outros, em fase de projeto, todos orientados para a defesa da população, dando assim por concluída a resposta a esta matéria, tanto em termos



técnicos como políticos. -----

Retomando a ordem das perguntas colocadas, abordou a questão da Linha do Vale do Vouga, referindo que é do conhecimento público que aquela infraestrutura ferroviária se encontra a ser alvo de obras. Salientou, contudo, que já tinha afirmado que aquela não é a intervenção de que a linha necessita, defendendo antes uma obra de maior dimensão. Esclareceu que a intervenção em curso incide apenas sobre a infraestrutura, visando assegurar os referenciais mínimos de segurança para a circulação dos atuais comboios. -----

Informou ainda que existem trinta passagens de nível no concelho de Santa Maria da Feira, das quais dezasseis já se encontram automatizadas, faltando automatizar catorze, quando o Município questionou a Infraestruturas de Portugal, foi informado que tal sucederia até 2031, esclarecendo que esse prazo tinha sido definido pelo anterior Governo e não pelo atual. Manifestou o desejo de que esse calendário seja cumprido, reiterando, contudo, que o Município continua a defender uma efetiva requalificação da Linha do Vale do Vouga, integrando-a na rede ferroviária nacional. -----

Relativamente às paragens de autocarro, explicou que a instalação das paragens está prevista no contrato de concessão publicitário, competindo ao concessionário proceder à sua colocação. Informou que o prazo contratualmente previsto, para essa instalação, tinha terminado recentemente sem que a obrigação tivesse sido cumprida pelo que a Câmara Municipal interpelaria formalmente a empresa nesse sentido, concedendo-lhe um prazo razoável para regularizar a situação.-----

Acrescentou que, caso o incumprimento persista, o Município terá de adotar outras medidas do ponto de vista jurídico, ponderando substituir-se ao concessionário, por razões de relevante interesse público, de segurança e de garantia de melhores condições para as crianças que utilizam aquelas infraestruturas, solução que se encontra a ser analisada. -----

Relativamente à questão da P. Parques, deu a palavra à Sra. Vereadora do



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, a qual informou que, de acordo com a informação de que dispunha, à data permaneciam por liquidar os pagamentos relativos às coletas dos meses de abril e maio de 2026, bem como algumas despesas de condomínio. -----

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** abordou a questão das estradas, esclarecendo que a pergunta incidia sobre as estradas nacionais. Informou que a Câmara Municipal já tinha insistido, por mais do que uma vez, junto da Infraestruturas de Portugal, nomeadamente da Direção de Aveiro, dando conhecimento do estado de degradação daquelas vias, e que a resposta recebida aponta para dificuldades em intervir, de imediato, em todas as estradas do distrito de Aveiro afetadas pelas sucessivas tempestades. Acrescentou que o Município tinha igualmente insistido na necessidade de intervenção na EN109, que esteve interrompida durante um longo período, causando graves prejuízos à própria infraestrutura municipal, considerando que essa insistência, conjugada com a programação da Infraestruturas de Portugal, contribuirá para o início da obra. -----

Reiterou que o exercício das funções de autarca, seja como Presidente de Câmara ou Presidente de Junta, constitui também um teste de resistência e de persistência. -----

Relativamente ao pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, afirmou compreender que existem limites para a paciência, dirigindo-se à deputada Carla Adriana, mas salientou que também o Município se encontra limitado pelos procedimentos impostos pelo Código dos Contratos Públicos, considerando que esse é o limite à paciência do Município. Manifestou satisfação pelo facto de o Governo ter recentemente apresentado alterações ao citado diploma legal, com vista a maior agilidade nestes procedimentos.- Explicou que os danos no pavilhão resultaram da tempestade Cláudia, ocorrida em novembro, seguida da tempestade Kristen, recordando que o

R.
Fr
Inalcentha



concelho foi particularmente afetado por esses fenómenos meteorológicos. Referiu que essas tempestades provocaram a fissuração e o rompimento da tela de impermeabilização em toda a cobertura do pavilhão. Informou que foi realizada a análise e identificação das patologias, identificadas as causas do problema em conjunto com a equipa projetista, definida a solução técnica e cumpridos todos os procedimentos legais e contratuais necessários para o lançamento da empreitada. -----

Esclareceu que a intervenção se encontra dividida em duas fases, consistindo a primeira na aplicação de poliuretano para selagem das fissuras existentes e a segunda na recuperação integral da cobertura. Acrescentou que a primeira fase apenas pôde ser executada após um período consistente de condições atmosféricas favoráveis, por imperativos técnicos, sendo que a segunda fase depende da identificação definitiva das patologias após a conclusão da primeira intervenção. -----

Informou ainda que estava igualmente a decorrer o procedimento destinado à reabilitação integral do piso do pavilhão, acrescentando que os calendários da obra correspondem à evolução normal de uma empreitada desta natureza e eventuais dificuldades durante a sua execução. -----

Quanto às soluções temporárias, referiu que o Município se encontra em diálogo com o Diretor da Escola, estando a ser analisadas várias alternativas, entre as quais a utilização do pavilhão de São João de Ver. ----

Respondendo igualmente à intervenção da deputada Susana Correia, considerou que o Município não pode ser simultaneamente criticado por realizar obras e por não as realizar. Recordou que irão avançar as obras no pavilhão de Arrifana, por serem necessárias, tal como as obras no pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, bem como a intervenção no pavilhão da antiga Escola Fernando Pessoa, que voltará a ser colocado ao serviço da população, e ainda as obras previstas para o pavilhão da Escola da Corga, no Nordeste do concelho.-----

Acrescentou que todas estas intervenções implicam inevitavelmente



R.
F.
João Cunha

constrangimentos temporários, os quais se minimizam em diálogo permanente com as escolas. -----

Referiu que, relativamente ao programa Vives Feira, na Escola Básica Fernando Pessoa, está previsto que, atendendo às condições meteorológicas habitualmente favoráveis nesta época do ano, as atividades decorram no exterior. Salientou que não é nada de novo, recordando que situação semelhante ocorre em Argoncilhe, onde, durante cerca de quinze dias, o pavilhão é ocupado pelas Danças do Mundo, sem que tal tenha suscitado problemas relevantes para o funcionamento do programa Vives Feira. -----

Relativamente à habitação, confirmou a informação anteriormente divulgada, de que os 63 fogos anunciados correspondem a 3 empreendimentos, 2 localizados em Santa Maria da Feira e 1 em Gião, no Nordeste do concelho, salientando que foi isso o priorizado. -----

Acrescentou que essa distribuição constava expressamente do programa eleitoral com que se apresentou às eleições, onde as diferentes fases da estratégia de habitação se encontravam identificadas. Esclareceu ainda que estes investimentos não são financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), mas sim através de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI), comentando que é fácil de perceber o porquê dessa opção. -----

Relativamente aos ecocentros, informou que a esmagadora maioria das juntas de freguesia utilizam o ecocentro de Canedo, existindo apenas uma situação específica em que tal não acontece. Explicou que essa situação se alterou na sequência da substituição de funcionários da Suldouro, os quais passaram a aplicar de forma rigorosa o contrato de concessão. Disse que a Câmara continua a insistir junto da Suldouro no sentido de ser adotada uma maior flexibilidade relativamente às juntas de freguesia, embora ainda não tivesse sido possível alcançar esse objetivo. -----

Aproveitou igualmente para informar que o Município já tinha avançado com a implementação do sistema trifluxo noutras freguesias, salientando que,

R.
tracurha



ultrapassada essa fase, surgirá outro problema, mas que considera isso normal, quer estando em funções governativas quer na oposição. -----

Relativamente ao Imaginarius, disse associar-se ao que foi dito sobre o mesmo, manifestando satisfação pelo facto de Santa Maria da Feira acolher, no mês de maio do ano seguinte, a reunião da Circoestrada Network, que é uma rede europeia de pensamento, cooperação e influência política na área das artes performativas. Salientou que esse encontro reuniria mais de 180 estruturas internacionais provenientes de cerca de 40 países, representando uma importante avaliação externa e um significativo reforço da visibilidade internacional do Município.-----

Por último, sobre a intervenção do membro Fernando Adriano, disse também querer destacar o projeto da nova escola de Santa Maria da Feira, considerando tratar-se de um dos maiores projetos nacionais no âmbito do ensino do 1.º ciclo e da educação pré-escolar. Reconheceu que se trata de um processo longo e que a intervenção compreende não apenas a construção da escola, mas também a renovação do pavilhão, o qual voltará a servir a comunidade. Referiu igualmente o projeto da pista de atletismo, lembrando tratar-se de mais um dos projetos que há muito era reclamado e que agora está em andamento. -----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu afirmando que outros projetos, há muito aguardados, terão desenvolvimentos positivos a muito curto prazo. --

Interveio novamente a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que referiu compreender a explicação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, considerando que este estava a desempenhar o seu papel e que a apresentação da obra realizada faz parte da sua intervenção política, acrescentando que também o Partido Socialista estava a desempenhar o papel que lhe compete enquanto força política eleita.-----

Reiterou, contudo, a questão que tinha colocado relativamente ao pavilhão da Escola Básica Fernando Pessoa, pretendendo saber qual será a



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

alternativa para as atividades desportivas que ali decorriam após o horário letivo e aos fins de semana.-----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou compreender a questão colocada, mas fez questão de realçar que a deputada Susana Correia estava a exercer a sua legítima retórica parlamentar municipal, ao passo que a sua intervenção não assentava em retórica, mas em factos, sublinhando que as obras constituem factos concretos e não mera retórica política. -----

Esclareceu que o procedimento a adotar é o mesmo que o Município segue no início de todas as épocas desportivas, ou seja, o diálogo com os clubes, que já se encontram informados da situação, com vista à procura de soluções para cada caso concreto, dando nota que não está em causa apenas uma situação, mas diversas situações distribuídas por todo o concelho. ----

Prosseguiu referindo que se tinha comprometido com os feirenses a concretizar um grande investimento na área do desporto e que irá cumprir esse compromisso. Salientou que uma parte significativa desse investimento já está em execução e que é precisamente essa realidade que origina os constrangimentos agora referidos, esclarecendo que a realização de obras implica inevitavelmente dificuldades temporárias, comentando, a título de exemplo, que quando se realizam obras numa escola é necessário deslocalizar temporariamente os alunos para outro espaço.-----

Acrescentou que o mesmo acontece com as obras em curso em Milheirós de Poiares, que provocam constrangimentos de trânsito, com a intervenção recentemente iniciada no centro da freguesia de Nogueira da Regedoura e com as obras no parque do Eleito Local, em Escapães, comentando que poderia continuar a enumerar muitas outras obras que iniciarão, noutras freguesias, nas semanas seguintes. -----

Concluiu reafirmando que tais constrangimentos são consequência da realização de obras, as quais constituem factos concretos e não retórica política.-----

R.
fer
João Cunha



Saiu o membro Joaquim Santos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Ata N.º 7 – Sessão Ordinária de 30 de abril de 2026-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros a ata em epígrafe, oportunamente disponibilizada, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não participam na votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Carlos Seixas, Roberto Oliveira, Carla Adriana Pinto, Armando Silva, Sandra Ribas, Sandra Cruz, Sónia Gomes, Fernando Moreira, Sandra Pereira, Catarina Silva, Nuno Rocha, Fernando Adriano Pinho e André Vivas Rocha. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 9271, em 16/06/2026, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao III Relatório de 2026, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da informação em referência.-----

Saíram os membros Licínio Loureiro, Sónia Patrícia Gomes e Catarina Silva. -



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Entrou o membro **Filipe Dias**.-----

3 – Prestação de Contas Consolidadas do Município – 2025 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que referiu que a Iniciativa Liberal já tinha elogiado anteriormente as contas do Município, pelo que não iria tecer grandes considerações sobre as mesmas. Colocou, contudo, uma questão relativa à rubrica referente à aquisição de terrenos, que apresenta um valor na ordem dos 2,9 milhões de euros, pretendendo saber se esse montante corresponde a novas aquisições ou se inclui também terrenos anteriormente vendidos pelo Município e que, por falta de concretização dos investimentos previstos pelas empresas adquirentes, tivessem revertido para a esfera municipal. Esclareceu que a sua intenção é perceber se alguma parte desse valor resultava da desistência de investimentos inicialmente previstos por essas empresas. -----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS), que referiu que as contas do Município tinham sido discutidas na sessão anterior da Assembleia Municipal e que estas representam mais de 90% das contas consolidadas, considerando, por isso, redundante voltar a abordar a componente financeira e económica das contas, pelo que iria aproveitar para colocar algumas questões relacionadas com as contas consolidadas. -----

Disse que a primeira é respeitante ao contrato de concessão dos suportes publicitários associados às paragens de autocarro. Recordou que o contrato tinha sido celebrado em dezembro de 2024 e que, durante o ano de 2025,

R.
ta
João Cunha



não ocorreu qualquer movimento relevante do ponto de vista financeiro e patrimonial. Acrescentou que, em 28 de novembro de 2025, foi assinado um plano de calendarização dos trabalhos, no qual se previa que, decorridos seis meses, ou seja, até 28 de maio de 2026, o concessionário estivesse obrigado a pagar ao Município cerca de meio milhão de euros. -----

Salientou que, face à resposta anteriormente prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, não tinha ficado esclarecido se o incumprimento respeitava apenas ao pagamento desse montante, se também abrangia a execução dos trabalhos que já deveriam estar em curso ou se se verificavam ambas as situações. -----

Seguidamente, disse querer retomar uma outra questão que já foi colocada em anteriores sessões, relativa à eventual fusão entre a Feira Viva e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira. Considerou que essa solução poderia constituir uma oportunidade para melhorar a coordenação entre os serviços, gerar economias de escala e proporcionar algumas poupanças.----

Por último, questionou o ponto de situação do processo de valorização dos ativos das concessionárias que deveriam ser integrados nos ativos das contas consolidadas do Município. Recordou que foi contratada uma empresa para esse efeito, há cerca de três anos, pretendendo saber se existe alguma previsão para a conclusão desses trabalhos. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por esclarecer, em resposta à questão colocada pelo membro Rui Oliveira, que, salvo informação em contrário, o valor inscrito nas contas corresponde à aquisição de novos terrenos. -----

Referiu que o Município vem desenvolvendo uma política de reversão de terrenos nos loteamentos industriais, mas que, tanto quanto era do seu conhecimento, ainda não tinha sido colocado qualquer desses terrenos em hasta pública para revenda. Assim, esclareceu que aquele montante respeitava à aquisição de novos terrenos destinados à instalação de diversos



equipamentos municipais e de equipamentos para as juntas de freguesia.--
Dirigindo-se ao deputado Daniel Gomes, que abordou a questão da eventual fusão entre a Feira Viva e a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, recordou já se ter pronunciado sobre a matéria e reiterou que tinha incumbido os conselhos de administração de ambas as entidades de estudarem, de forma aprofundada, os impactos que essa fusão poderia ter em cada uma das empresas. -----

Referiu que essa possibilidade se encontra em análise e constitui uma hipótese, mas salientou que a sua concretização depende da avaliação dos respetivos impactos técnicos, orçamentais e procedimentais, bem como da posterior discussão do assunto na Assembleia Municipal.-----

Relativamente à valorização dos ativos das concessionárias, informou que a Vereadora Sónia Azevedo prestaria esclarecimentos adicionais, mas entendeu deixar previamente registada uma nota relativamente à E-Redes, anteriormente designada EDP. Referiu que o Estado português, independentemente dos diferentes governos, tem vindo a adiar, ao longo de vários anos, a definição de uma nova concessão da rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão, designadamente da infraestrutura associada à iluminação pública. -----

Acrescentou que existe um amplo debate a nível nacional sobre o modelo a adotar para essa concessão, discutindo-se se deverá ser efetuada município a município, por regiões, por sistemas intermunicipais ou através de um programa nacional. Sublinhou, contudo, que a concessão existente já tinha ultrapassado há muito o respetivo prazo de vigência, pelo que o país terá de tomar uma decisão sobre essa matéria. -----

Considerou que esta indefinição impede os municípios de procederem à valorização dos ativos da E-Redes, razão pela qual a esmagadora maioria das autarquias continua a ver essa situação assinalada pelos revisores oficiais de contas. Acrescentou que, relativamente às restantes concessionárias, o Município continuará a insistir na obtenção da





informação, embora, no caso da E-Redes, se trate de uma dificuldade transversal à generalidade dos municípios.-----

De seguida, solicitou à vereadora Sónia Azevedo que prestasse os restantes esclarecimentos. -----

De seguida, a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, **Sónia Azevedo**, esclareceu que a descrição efetuada pelo membro Daniel Gomes relativamente à concessão dos suportes publicitários correspondia aos factos. Confirmou que o contrato tinha sido celebrado em 4 de dezembro de 2024 e que o processo implicava várias fases com validação dos mapas de implementação e de instalação dos equipamentos. -----

Esclareceu que o contrato previa que, após a disponibilização, pelo Município, do mapa de implementação dos locais, o concessionário em oito meses procederia à instalação dos abrigos de passageiros. Disse que tal prazo terminou em novembro de 2025 e, dada a falta de instalação, foi interpelada a empresa, mantendo-se a situação por regularizar. -----

Acrescentou que, paralelamente, decorria a execução de um plano de remoção dos suportes publicitários existentes, uns porque se encontravam em situação irregular e outros detinham autorizações precárias concedidas até novembro de 2025. Esclareceu que os suportes abrangidos por alvarás de ocupação válidos mantiveram a respetiva vigência até ao termo previsto. Informou que a primeira fase das remoções decorreu em fevereiro de 2026 e que, a segunda fase, se encontrava em fase de conclusão. -----

Referiu que, do ponto de vista do Município, a aprovação do plano de remoção marcou o início da contagem do primeiro semestre para efeitos de pagamento da primeira prestação prevista no contrato, a qual deveria ter sido liquidada até 28 de maio, mas não o foi, apesar de faturada. -----

Acrescentou que os serviços jurídicos do Município acompanham o processo desde o início da concessão, e que seria remetida nova interpelação, caso



R.
F.
hoi Cuinho

ainda não tivesse sido enviada, solicitando que a empresa se pronuncie sobre a intenção de proceder, ou não, à instalação dos abrigos de passageiros. Referiu que, após essa resposta, a Câmara e a própria Assembleia Municipal terão de se pronunciar sobre a situação. -----

Relativamente à valorização dos ativos das concessões, comentou que o Sr. Presidente da Câmara já tinha antecipado parte da resposta e confirmou que foi contratada, há cerca de três anos, uma empresa especializada para proceder, sobretudo, à valorização dos ativos municipais do domínio público, uma vez que nem todos se encontravam registados e valorizados. -----

Referiu tratar-se de um trabalho complexo e demorado, sendo os relatórios finais entregues de forma faseada, os quais são analisados pelos técnicos municipais, porquanto, subsistem algumas dúvidas. Acrescentou que os revisores oficiais de contas consideram igualmente não estarem ainda suficientemente validados os elementos necessários à incorporação dessa informação, razão pela qual continua a existir uma reserva nas contas relativamente a essa matéria. -----

No que respeita aos ativos das concessionárias, confirmou que subsistem dificuldades relativamente à E-Redes, assim como em relação à Indaqua. Esclareceu que as concessionárias disponibilizam listagens dos respetivos ativos, mas que o Município não dispõe de mecanismos que permitam confirmar, com segurança, a valorização efetiva desses bens, e que os revisores oficiais de contas do Município entendem que não basta aceitar a informação prestada pelas concessionárias, o Município tem que a validar. Concluiu referindo que esses mecanismos de validação ainda não estão definidos, razão pela qual o Município, à semelhança da maioria das autarquias, opta por não incorporar tais ativos. Acrescentou que algumas câmaras municipais adotam um procedimento diferente, assumindo integralmente a informação fornecida pelas concessionárias e incorporando-a nas respetivas contas, reiterando que não é essa a política seguida por indicação dos revisores. -----

R.
Ana Cereira



Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD: 35, PS: 4 – David Neves, Fernando Sousa, António Cardoso e Francisco Andrade, IL, IND) e 15 abstenções (PS: 11, CH: 4), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município, relativos ao ano de 2025, nos termos exarados na deliberação camarária supraidentificada. -----

Saíram os membros Daniel Gomes e Sandra Ribas.-----

4 – 3.ª Alteração Orçamental Modificativa – retificação anos seguintes-
A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 35, PS: 14, CH: 3, IL, IND), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentrou o membro Daniel Gomes.-----

Saíram os membros Carlos Seixas, Rui Oliveira e Armando Teixeira.-----

5 – Programa Movimento e Bem-Estar – Transferência de verbas 2025-2026 / Juntas de Freguesia-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



R.

h. a. c. u. b. e

seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Paulo Pinto** (PSD), que leu o documento que disponibilizou e cujo teor se transcreve:-----

“A proposta hoje trazida à Assembleia é uma simples alteração nos protocolos associada a uma transferência de verbas. Mas, na verdade, representa algo muito maior. -----

Representa a continuidade e o crescimento de uma das mais bem-sucedidas políticas públicas que o Município de Santa Maria da Feira tem desenvolvido ao longo dos últimos anos no domínio do envelhecimento ativo, da saúde e da inclusão social.-----

Os números conhecidos do programa Movimento e Bem-Estar mostram o envolvimento de cerca de 2.200 seniores, 47 entidades parceiras, 13 Juntas de Freguesia, 34 associações e instituições locais, apoiadas por uma equipa técnica especializada. São números que demonstram uma verdadeira rede concelhia de promoção da qualidade de vida dinamizada pelo município. ---
E aquilo que hoje vamos votar resulta precisamente do sucesso desse trabalho. -----

Verificamos aqui um aumento da procura em várias freguesias e instituições e o respetivo reforço das horas de professores, o que reforça a capacidade de acompanhamento e os recursos disponíveis. -----

O envelhecimento da população é um dos maiores desafios das próximas décadas. E todos sabemos que envelhecer não significa apenas viver mais anos. O verdadeiro desafio é envelhecer com saúde, com autonomia, com dignidade e com participação na comunidade. -----

É precisamente isso que este programa promove. -----
E quando estas pessoas participam numa atividade de grupo deste tipo estão



a zelar pela sua saúde, mas também, em muitos casos, a combater a solidão, o isolamento e a exclusão social, problemas que hoje são reconhecidos por especialistas como alguns dos maiores fatores de risco para a saúde física e mental da população idosa.-----

Por isso, nunca estas adendas aos protocolos e este reforço de financiamento devem ser vistos como uma despesa. São, sem dúvida, um investimento.---

O facto de o Programa Movimento e Bem-Estar integrar a plataforma internacional Age-Friendly World da Organização Mundial de Saúde demonstra a qualidade e o reconhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido junto da população sénior.-----

O PSD faz aqui um reconhecimento ao Município pela criação do Movimento, um reconhecimento ao papel das associações, das IPSS, das Juntas de Freguesia e dos técnicos que tornam este programa possível.”-----

O **Sr. Presidente da Câmara** corroborou e agradeceu a intervenção feita pelo deputado Paulo Pinto, porque acrescentou mais dados àquilo que tinha dito.

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 3, IND), aprovar a transferência de verbas, no âmbito do programa em epígrafe, para as Juntas de Freguesia, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro Fernando Moreira. -----

6 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de São Paio de Oleiros

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 18 de maio de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada



R.
fe
ma cunha

aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor (PSD: 32, PS: 15, CH: 3, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito em epígrafe, com implicações na Rua do Fial e na Travessa do Lameiro, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Reentraram os membros Fernando Moreira, Rui Oliveira e Sandra Ribas. -----

7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão – Obras de reabilitação e adaptação de acessibilidades ao edifício da junta de freguesia-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de maio de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que informou que o grupo municipal do Partido Chega vota favoravelmente o apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão, por considerar que a intervenção apresenta mérito evidente, ao dotar o edifício de melhores condições de acessibilidade para cidadãos com mobilidade reduzida e ao contribuir para a redução do desperdício energético. -----

Acrescentou, contudo, que o papel fiscalizador obriga ao acompanhamento rigoroso do cumprimento dos prazos de execução da obra, tendo sempre presente o interesse dos cidadãos. Assim, referiu que o ponto 4 do



documento estabelece um prazo de execução de 90 dias, recordando que naquele edifício funciona diariamente o Serviço de Finanças, que é um serviço público essencial para a população. -----

Considerou que um período de três meses de obras pode representar constrangimentos para os moradores da zona, para os trabalhadores daquele serviço e para os cidadãos que ali se deslocam para tratar de assuntos fiscais. -----

Nesse sentido, solicitou que a execução da empreitada fosse acompanhada de perto pela comissão de fiscalização e pelos serviços municipais, recordando que o prazo previsto para a sua conclusão é de 90 dias. -----

Interveio o membro **Avelino Costa**, Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, que, quanto ao acompanhamento da obra pela Câmara Municipal, disse ser uma prática habitual em qualquer intervenção daquela natureza. Esclareceu que, no caso concreto, o funcionamento do Serviço de Finanças tinha sido uma das preocupações acauteladas desde o início, assegurando que a execução da obra não terá qualquer implicação no espaço ocupado por aquele serviço. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu que a preocupação manifestada pela deputada Juliana Carvalho se encontra, assim, devidamente acautelada. ---

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), aprovar a atribuição de um apoio financeiro extraordinário à Freguesia de Paços de Brandão, até ao montante máximo de 68.900,00 €, destinado à realização das obras de reabilitação e adaptação do edifício da Junta de Freguesia, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----



R.
João Cunha

8 – Cultura Capital – Concurso da Capital Concelhia da Cultura -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual cometeu ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo e Património, **Paulo Marcelo**, a explanação do assunto, a que se refere a deliberação camarária de 4 de maio de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por felicitar o Sr. Vereador Paulo Marcelo pelo trabalho desenvolvido no âmbito do Imaginarius e, em particular, pela iniciativa em apreciação. Recordou que a Iniciativa Liberal já tinha manifestado, em anteriores ocasiões, a sua convicção de que a cultura constitui um fator de desenvolvimento, de educação e de criação de comunidade, considerando que Santa Maria da Feira tem prosseguido esse objetivo. -----

Colocou, contudo, uma questão relativamente à iniciativa Capital Concelhia da Cultura 2026, sugerindo que faria sentido que o concurso para a edição de 2027 fosse lançado ainda durante o ano de 2026. Considerou que a realização do concurso no próprio ano em que decorre a Capital Concelhia da Cultura pode revelar-se tardia, atendendo à dimensão organizativa de uma iniciativa desta natureza. Esclareceu tratar-se apenas de uma sugestão, reiterando os parabéns pelo trabalho desenvolvido. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH), que começou por felicitar a Junta de Freguesia de Rio Meão pela vitória alcançada e pela qualidade da proposta apresentada, relativamente ao programa cultural da Capital Concelhia da Cultura 2026, saudando igualmente as Juntas de Freguesia de Argoncilhe, Milheirós de Poiares, São Miguel de Souto e de Romariz pela forte participação comunitária demonstrada nas respetivas candidaturas, considerando digno de destaque o dinamismo cultural

R.
fe
meunha



evidenciado por todas elas. -----

Acrescentou que o concurso prossegue um propósito meritório ao eleger a Capital Concelhia da Cultura de 2026, todavia, no âmbito das competências de acompanhamento e num espírito construtivo, o grupo municipal do Chega pretende assinalar que a cláusula 2.^a, n.º 2, alínea a), do protocolo estabelece que a freguesia de Rio Meão dispõe de um prazo de sete meses para organizar e executar o respetivo programa cultural. -----

Recordou ainda que o próprio júri do concurso tinha recomendado, na respetiva ata, que o processo de candidatura e decisão decorresse em momento anterior ao ano civil da implementação. Manifestou concordância com essa recomendação, considerando que a antecipação do procedimento permitiria proporcionar maior estabilidade e tranquilidade às juntas de freguesia e aos agentes culturais locais na preparação das suas iniciativas, contribuindo igualmente para maximizar o impacto do programa e a fruição das atividades por parte dos cidadãos ao longo de todo o ano civil. -----

Interveio o membro **Marco Gonçalves** (PS), que começou por felicitar a candidatura da Junta de Freguesia de Rio Meão pela conquista da Capital Concelhia da Cultura 2026 e a Junta de Freguesia de Fornos pelo trabalho desenvolvido na concretização do projeto vencedor do ano anterior, considerando que tal demonstra a qualidade da proposta apresentada pelo anterior executivo e da sua implementação, manifestando o desejo de que esta iniciativa tenha continuidade no futuro. -----

Referiu que os seus colegas já tinham abordado uma questão que considera evidente e que o Partido Socialista também já tinha suscitado anteriormente, relativa ao facto de o prazo de candidatura terminar apenas em abril para um projeto de natureza anual, o que, no seu entender, limita significativamente as candidaturas. Acrescentou que a justificação que lhe tinha sido apresentada prende-se com a mudança de vereador e com a necessidade de adaptação dos serviços, razão pela qual se verificaria este



R.
Fer
ma Cunha

atraso. Disse acreditar que, no ano seguinte, o Vereador Paulo Marcelo já tenha essa situação em consideração, de forma a que a programação da edição de 2027 possa abranger o período compreendido entre janeiro e dezembro.-----

Acrescentou que o reduzido período disponível para apresentação das candidaturas e a forma como o procedimento foi lançado poderiam ter condicionado a participação das juntas de freguesia, questionando se apenas tinham sido apresentadas cinco candidaturas ou se existiram mais candidaturas, das quais apenas cinco tinham sido aprovadas.-----

Considerou que o montante de 60 mil euros previsto para apoiar a freguesia vencedora é interessante para as freguesias, que é um bom orçamento, acrescentando que, se calhar, uma eventual menor adesão poderia resultar das limitações temporais para preparar e executar os projetos, bem como dos recursos humanos disponíveis nas juntas de freguesia.-----

Defendeu ainda que seria útil que a Assembleia Municipal, e todos os que acompanham estas matérias, pudessem acompanhar o grau de execução destes projetos, bem como conhecer os respetivos indicadores de avaliação, de forma a aferir o impacto efetivo das iniciativas nas freguesias, não só no presente como no futuro. Considerou que tal informação poderia constituir um indicativo relevante para futuras candidaturas, dizendo que se o intuito é que este projeto cultural crie âncoras, convém demonstrar o impacto dos projetos culturais na comunidade.-----

Concluiu questionando se estava previsto que, nos próximos anos, a verba destinada à Capital Concelhia da Cultura fosse aumentada para 120 mil euros.-----

Usou da palavra o Sr. Vereador **Paulo Marcelo**, que começou por agradecer as intervenções, considerando que as preocupações manifestadas eram transversais às intervenções efetuadas.-----

Referiu que a questão do calendário da Capital Concelhia da Cultura já tinha

R.
Juliana



sido suscitada numa anterior sessão da Assembleia Municipal, esclarecendo que existiu, efetivamente, um período de adaptação, necessário para conhecer o projeto e enquadrar a sua implementação nos moldes previstos. Esclareceu, contudo, que não existiu qualquer atraso relativamente ao calendário inicialmente definido, uma vez que estavam a ser cumpridos exatamente os mesmos prazos da primeira edição da iniciativa, realizada em 2025. Reconheceu, ainda assim, que o período de um mês entre a abertura e o encerramento das candidaturas não proporciona tempo suficiente para preparar devidamente uma candidatura. -----

Acrescentou que, na qualidade de presidente do júri do concurso, a primeira recomendação formulada pelo próprio júri, já mencionada pela deputada Juliana, consiste precisamente na necessidade de antecipar o lançamento das candidaturas. Considerou, por isso, existir consenso quanto à conveniência de iniciar o processo mais cedo, permitindo uma melhor preparação dos projetos e a introdução das dinâmicas e medidas que se revelem necessárias implementar.-----

Salientou ainda que seria interessante que, durante a execução do projeto da Capital Concelhia da Cultura em Rio Meão, as freguesias potencialmente interessadas em apresentar candidatura nas edições seguintes possam acompanhar de perto o desenvolvimento da iniciativa, observar a respetiva implementação, retirar ensinamentos dessa experiência, para apresentarem as suas candidaturas ainda durante o ano de 2026. Sublinhou que essa é a intenção do Município, ou seja, procurar acelerar o processo de candidatura para as edições futuras, registando o compromisso nesse sentido. -----

Disse que o protocolo prevê um período de execução de sete meses, e que um eventual aumento desse prazo não implica necessariamente o correspondente reforço do financiamento, considerando que o montante de 60 mil euros constitui, para já, um valor significativo e ambicioso, adequado à dimensão e densidade dos projetos apresentados, entendendo existir, nesta fase, um equilíbrio entre os objetivos da iniciativa e o financiamento



R.
Fe
Instituto

previsto. Por fim, manifestou alguma surpresa relativamente à referência ao montante de 120 mil euros, afirmando desconhecer a origem desse valor. --

O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que esse montante correspondia ao modelo anteriormente previsto para candidaturas conjuntas de duas freguesias, solução que foi eliminada na presente edição da iniciativa. -----

Retomando a palavra, o Sr. Vereador **Paulo Marcelo** confirmou que uma das alterações introduzidas entre a primeira e a segunda edição da Capital Concelhia da Cultura consistiu precisamente na eliminação das candidaturas conjuntas. Explicou que essa opção resultou da convicção de que o projeto deve privilegiar a identidade própria de cada freguesia, valorizando as especificidades culturais locais, as quais diferem de freguesia para freguesia. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos propostos na deliberação em referência da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual aprovar a ata do concurso denominado “Cultura Capital – Concurso da Capital Concelhia da Cultura”, bem como a minuta do Protocolo de Parceria. Mais deliberou atribuir o apoio à candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Rio Meão, a qual obteve a maior pontuação, sendo, assim, designada Capital Concelhia da Cultura 2026. ---

Reentrou o membro Carlos Seixas. -----

Saiu o membro Sandra Maria Cruz. -----

9 – Doação de António Strecht Monteiro ao Município de Santa Maria da Feira-----

R.
João Cunha



A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que referiu que o Sr. Presidente da Câmara já tinha sintetizado o papel desempenhado pelo Dr. Alcides Strecht Monteiro em Santa Maria da Feira, comentando estar certo de que também o Partido Socialista lhe iria prestar a devida homenagem. -----

Destacou que, como o Sr. Presidente da Câmara mencionou, o nome do Dr. Alcides Strecht Monteiro já havia sido atribuído a uma das principais vias da cidade de Santa Maria da Feira, local onde se encontra igualmente o busto erigido em sua homenagem. Aproveitou, por isso, para salientar o gesto do seu filho António Strecht Monteiro ao proceder à doação. -----

Disse querer assegurar aos feirenses que a doação representa um património de elevado valor para o Município e que não coloca em causa o erário público, acrescentando que, embora ainda não existindo uma avaliação, o imóvel doado possui um valor patrimonial significativo e o espólio um elevado valor histórico, pelo que os feirenses podem estar tranquilos quanto a isso. -----

Salientou igualmente que o contrato de doação prevê que o imóvel seja preferencialmente destinado a museu, sem, contudo, impedir que, caso o Município venha a ter necessidade de lhe dar outro uso no futuro, o possa fazer, circunstância que considerou relevante. -----

Concluiu destacando, acima de tudo, o legado que aquela doação representa e o gesto do filho do Dr. Alcides Strecht Monteiro para com toda a comunidade, o que lhe merece particular reconhecimento. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Juliana Carvalho** (CH) que começou



R.
Ja Cunha

por manifestar o profundo agradecimento do grupo municipal do Chega ao Sr. António Strecht Monteiro pelo extraordinário e benemérito gesto de generosidade ao doar ao Município a sua casa de habitação e o respetivo recheio. Considerou que aquele ato ultrapassa o mero valor material, constituindo sobretudo uma partilha de afeto, de memória e de património identitário com toda a comunidade feirense. -----

Acrescentou que, ao abrir as portas da casa e ao confiar ao Município o espólio de uma vida, o doador permite preservar uma parte relevante da história arquitetónica do centro histórico da cidade e, simultaneamente, honrar a memória do seu pai, o Dr. Alcides Strecht Monteiro, que qualificou como uma figura marcante do concelho, recordando o seu percurso como Deputado à Assembleia Constituinte, Comendador da Ordem da Liberdade e exemplo de cidadania e de defesa dos valores democráticos. -----

Referiu, contudo, que a aceitação daquela doação modal faz recair sobre o Executivo Municipal e sobre a Assembleia Municipal uma significativa responsabilidade financeira, jurídica e social. Considerou que, por respeito ao legado recebido e aos cidadãos, a aceitação da doação deve ser acompanhada de um elevado sentido de cautela e de exigência na gestão pública, atendendo a que o contrato implica encargos para o Município, designadamente a assunção das despesas correntes, das obras de conservação do imóvel e do acompanhamento da saúde e do bem-estar do doador. Nesse sentido, disse exigir-se que o Executivo faça uma gestão orçamental rigorosa dessas responsabilidades, garantindo que as despesas sejam cabimentadas com critério, para que o teto de avaliação do imóvel nunca fosse ultrapassado e para que os dinheiros públicos fossem geridos com total parcimónia. -----

Por último, salientou o valor histórico do recheio da habitação e solicitou que fosse realizado um inventário do respetivo espólio, cujo relatório deverá ser partilhado com a Assembleia Municipal, por forma a garantir a proteção integral de cada uma das peças. Concluiu afirmando que o Município tem o

R.
fer
ma wala



dever ético e contratual de preservar o imóvel, de garantir a máxima dignidade no acompanhamento ao longo da vida do doador e de gerir todo o processo com elevação institucional.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS), que começou por saudar, com reconhecimento e respeito, o gesto do feirense António Strecht Monteiro ao manifestar a vontade de doar ao Município um imóvel e um espólio de elevado valor patrimonial, cultural, histórico e emotivo para Santa Maria da Feira.-----

Referiu que a Assembleia Municipal é chamada a analisar os documentos disponibilizados, os compromissos assumidos pelo Município e a pronunciar-se sobre esta matéria através do respetivo voto. Acrescentou que o Partido Socialista confia no trabalho desenvolvido pelos serviços jurídicos da Câmara e acredita que o Sr. Presidente da Câmara e os futuros executivos municipais estarão à altura da responsabilidade inerente a esta doação.----

Sublinhou a importância de garantir a preservação do imóvel e a sua futura afetação a um projeto que honre e valorize a memória de Alcides Strecht Monteiro e o seu legado cívico e democrático. Defendeu igualmente que fosse efetuada a identificação e o registo do espólio existente, assegurando a sua proteção, estudo e conservação. -----

Disse que a valorização e a preservação deste legado patrimonial, cultural e emotivo para o Concelho devem ficar devidamente salvaguardadas, salientando que a doação transporta uma importante dimensão histórica e de memória, não apenas para o presente e para o passado, mas, sobretudo, para as gerações futuras. -----

Prosseguiu evocando a figura de Alcides Strecht Monteiro, recordando-o como o homem que lutou contra o fascismo e manifestando a expectativa de que, em breve, a sua vida e obra viessem a ser reunidas numa publicação acessível a todos. Salientou tratar-se de uma personalidade marcante da vida pública feirense, profundamente ligada à história do concelho e do país,



R.
for
hna Cuube

defendendo que o seu legado ultrapassa qualquer filiação partidária, por representar a luta pela democracia e pelos valores da liberdade, recordando ainda que foi Deputado à Assembleia Constituinte e agraciado com a Ordem da Liberdade pelo então Presidente da República, General Ramalho Eanes. Concluiu manifestando a convicção de que o Município tudo fará para valorizar este legado e transformar a doação num verdadeiro ativo cultural para o concelho de Santa Maria da Feira.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 15, CH: 4, IL, IND), nos termos da citada deliberação e ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea l), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aceitar a doação, bem como a constituição do usufruto vitalício a favor do doador, do prédio urbano, composto por casa de rés-do-chão e 1.º andar, anexos e logradouro, destinado a habitação, sito na Rua Dr. Elísio de Castro, n.º 134 (da extinta freguesia de Santa Maria da Feira), inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6344 da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1366/Feira, sob a Ap. 3424 de 2017/10/30, o qual foi objeto de avaliação e da qual resultou o valor de 1.278.777,97€. Mais deliberou, aceitar a doação do recheio integral da casa de morada do doador, Sr. António Strecht Monteiro, bem como aprovar a minuta do contrato de doação, nos termos propostos e exarados na referida deliberação camarária. -----

10 – Contrato-Programa entre o Município de Santa Maria da Feira e a Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

- Relatório de Monotorização – 1.º Trimestre de 2026-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe, e, dado o Sr. Presidente da Câmara não participar na discussão deste ponto (por ser

R.
fu
João Cunha



o Presidente do Conselho de Administração da referida empresa municipal), cometeu o tema ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Vereador do Pelouro do Ambiente, Desporto e Espaços Verdes, **Mário Jorge Reis**, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 15 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL), o qual disse querer colocar duas questões, a primeira sobre a referência constante do relatório à transferência de utilizadores para as piscinas de Canedo, com a consequente diminuição de utentes nas piscinas de Lourosa e de Fiães, pretendendo saber se está prevista alguma estratégia para reforçar a atratividade destes dois equipamentos. -----

Referiu que a segunda questão prende-se com o crescimento consistente das receitas próprias da Feira Viva, perguntando se existe uma estratégia para reforçar progressivamente a autonomia financeira daquela entidade, reduzindo a sua dependência da comparticipação municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Telma Barbosa** (PS) que referiu que, após a intervenção do membro da Iniciativa Liberal, praticamente deixava de ser necessário colocar a questão que pretendia apresentar, porquanto a dúvida era exatamente a mesma. Assinalou que o relatório evidencia um cumprimento generalizado dos objetivos, motivo pelo qual não tinha qualquer reparo a fazer ao documento. -----

Acrescentou que, conhecendo a realidade da zona de Canedo, tem constatado a transferência de utentes das piscinas de Fiães e de Lourosa para as instalações de Canedo, considerando que essa tendência pode acentuar-se progressivamente, por ser uma solução mais próxima e conveniente para algumas freguesias. Nesse sentido, questionou igualmente se existe alguma estratégia destinada a contrariar essa perda de utentes e a



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

captar novos utilizadores para as piscinas de Fiães e de Lourosa. -----

Usou da palavra o Sr. Vereador **Mário Jorge Reis** que, em resposta, explicou que a transferência de utentes se deve, em grande medida, ao facto de se tratar de um equipamento novo em Canedo, mas acrescentou que existe outro fator relevante relacionado com as instalações atualmente existentes em Lourosa e, sobretudo, em Fiães. Esclareceu que a inexistência de ginásios e de salas de apoio ao exercício físico e à prática desportiva nessas instalações tem um impacto significativo na adesão dos utentes, constituindo uma desvantagem relativamente a outros equipamentos. -----

Informou que está prevista a criação, em Fiães, de um espaço que permita disponibilizar esse tipo de equipamentos, integrando essa intervenção a estratégia definida para reforçar a atratividade daquela infraestrutura e contribuir para um maior número de utilizadores. -----

Ainda relativamente à estratégia e às receitas próprias da Feira Viva, esclareceu que o contrato-programa será objeto de revisão e que essa matéria será igualmente considerada no âmbito desse processo.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --

11 – Relatório e Contas da Suldouro – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., do ano de 2025-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 1 de junho de 2026 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----



Interveio o membro **Rui Oliveira** (IL) que começou por referir que, sabendo-se que o aterro sanitário tem uma capacidade limitada, pretendia saber qual a estratégia que a Suldouro, enquanto sistema multimunicipal, estava a seguir para reduzir progressivamente a deposição de resíduos em aterro e aumentar a respetiva valorização. -----

Questionou ainda qual a posição que o Município tem defendido, na qualidade de acionista da Suldouro, relativamente aos investimentos futuros na valorização dos resíduos e na redução da dependência do aterro. -----

Usou da palavra o membro **Daniel Gomes** (PS) que referiu que o grupo municipal do PS tinha tomado conhecimento, com alguma estupefação, de que, em maio do corrente ano, o Município de Vila Nova de Gaia tinha adotado, de forma unilateral, uma decisão relativamente à Suldouro.-----

Explicou que, segundo o Município de Vila Nova de Gaia, a Suldouro estaria a cobrar indevidamente cerca de 10,7 milhões de euros, alegando aquele Município que a empresa apresentava níveis de reciclagem inferiores aos que seriam expectáveis devido à sua ineficiência e que, caso reciclasse pelo menos o dobro, aquele montante não seria devido. Referiu ainda que, em consequência desse entendimento, o Município de Vila Nova de Gaia tinha anunciado que passaria a aplicar um desconto de 30% nas faturas futuras, e que não vai pagar a diferença até que fique regularizada a situação. -----

Acrescentou que a Suldouro já se pronunciou publicamente sobre isso, no sentido de que se trata de uma decisão unilateral, sem suporte legal, e alertando para o facto de a mesma poder comprometer os serviços prestados quer ao Município de Vila Nova de Gaia, quer ao Município de Santa Maria da Feira.-----

Sublinhou que o Município de Santa Maria da Feira é acionista, assim como o Município de Vila Nova de Gaia, daquela empresa, pelo que considera não ser possível encarar a questão como um assunto alheio ao Município, atendendo ao eventual impacto que a situação pode ter na prestação do



serviço a Santa Maria da Feira. -----

Neste contexto, questionou se o Município de Santa Maria da Feira foi previamente informado da decisão adotada pelo Município de Vila Nova de Gaia e, em caso afirmativo, qual a posição que assume sobre esta matéria.- Por último, solicitou esclarecimentos sobre as razões que levaram o representante do Município de Santa Maria da Feira a abster-se na votação do relatório e contas da Suldouro, no âmbito do conselho de administração da empresa, pretendendo conhecer os fundamentos dessa posição. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por referir que o tratamento dos resíduos em Portugal constitui, atualmente, uma questão de âmbito nacional, motivo pelo qual tinha sido elaborado o Plano Terra+, através do qual o Governo, por intermédio da Agência Portuguesa do Ambiente, identificou um conjunto de constrangimentos relacionados com o esgotamento progressivo da capacidade dos aterros sanitários. -----

Esclareceu que, a nível nacional, existem cinco situações consideradas prioritárias e mais urgentes, não se encontrando, contudo, entre elas a realidade da Suldouro, nem a do aterro que serve os municípios de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia, o qual ainda dispõe de capacidade para receção de resíduos. Acrescentou que, apesar disso, a matéria constitui uma preocupação e encontra-se a ser discutida entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Secretaria de Estado do Ambiente e os diferentes operadores do setor, existindo sistemas multimunicipais e outros concessionados, como é o caso da Suldouro.-----

Referiu que esta matéria continua em discussão entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estando em análise soluções como o reforço da capacidade de incineração através da criação de uma quarta linha na Valorsul e de uma terceira linha na Lipor.-----

Salientou, contudo, que estas soluções implicam investimentos muito elevados e que, mesmo existindo decisão política e disponibilidade financeira



para a sua concretização, o período necessário para construção e entrada em funcionamento das novas infraestruturas rondaria os oito anos. Alertou que, durante esse período, alguns aterros atingiriam o limite da sua capacidade, tornando inevitável a adoção de medidas. Reiterou que, do conhecimento de que dispõe, existem atualmente cinco situações particularmente críticas no país, impondo-se uma resposta concertada. ----

Acrescentou que estão a ser equacionadas diversas soluções e que o Município está a acompanhar esse processo, sublinhando, contudo, que essa problemática não se colocava, para já, aos municípios de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira. -----

Relativamente aos investimentos futuros, referiu que um dos principais objetivos do Município passa pela universalização da recolha seletiva porta a porta, objetivo que seria alcançado em breve. Considerou que, quando tal acontecer, Santa Maria da Feira assumirá uma posição pioneira a nível nacional, salientando que o concelho já apresenta níveis de reciclagem superiores aos de muitos outros municípios, circunstância que permite igualmente reduzir os encargos associados à deposição de resíduos, uma vez que o aumento da reciclagem se reflete na diminuição das taxas pagas. ----

Acrescentou que, enquanto o Município de Vila Nova de Gaia optou por outra solução, Santa Maria da Feira optou por alargar o sistema de recolha porta a porta às freguesias onde não existia, prevendo-se que, nos próximos meses, venha a abranger todo o concelho, concretizando um objetivo antigo do Município. -----

Referiu que o Município faz uma avaliação positiva da recolha seletiva porta a porta, ao contrário do Município de Vila Nova de Gaia, que faz uma avaliação menos positiva, ou até negativa, comentando que são entendimentos diferentes, populações diferentes, e com diferenças urbanísticas. -----

Prosseguiu referindo que Portugal tem igualmente de cumprir metas associadas aos fundos comunitários no domínio da recolha e tratamento dos



R.
Fe
ha Cunha

biorresíduos, considerando tratar-se de um grande problema por abranger os resíduos alimentares, recolhidos através do contentor castanho, bem como os resíduos verdes, provenientes da jardinagem. -----

Salientou que este sistema de recolha implica custos muito elevados e exigirá uma forte aposta na sensibilização da população, à semelhança do que aconteceu aquando da implementação da recolha seletiva trífloxo. Os municípios deixarão de poder optar pela implementação ou não da recolha de biorresíduos, dado que Portugal terá de cumprir metas impostas pela União Europeia, sob pena de sofrer penalizações. -----

Relativamente à situação verificada no Município de Vila Nova de Gaia, referiu que Santa Maria da Feira nunca se demitiu das responsabilidades inerentes à sua qualidade de acionista da Suldouro, do poder que tem e das decisões que tem de tomar. Esclareceu que, sendo ambos os municípios representados no conselho de administração da empresa, a situação foi naturalmente discutida naquele órgão, tendo Vila Nova de Gaia adotado uma decisão unilateral que não foi acompanhada por Santa Maria da Feira. -----

Explicou que o Município de Santa Maria da Feira entendeu adotar uma posição que considera mais prudente, privilegiando, enquanto acionista, a discussão da questão no seio da própria sociedade e procurando alcançar uma solução através dos mecanismos internos da empresa, enquanto o Município de Vila Nova de Gaia entendeu seguir outra estratégia. -----

Reconheceu que a decisão daquele Município pode ter implicações para a Suldouro, nomeadamente, pela acumulação de dívida e dos consequentes constrangimentos de tesouraria, sublinhando, contudo, que eventuais impactos negativos não devem ser partilhados por quem está a cumprir as suas obrigações. Manifestou a convicção de que as posições assumidas pelas partes têm como objetivo criar condições para alcançar um entendimento, considerando que esse será, previsivelmente, o desfecho do processo. -----

Esclareceu ainda que a abstenção do Município de Santa Maria da Feira na votação do relatório e contas da Suldouro resultou do entendimento de que

R.
maunha



os custos relativos às transferências para reciclagem não eram devidos nos termos em que estavam a ser imputados aos municípios. Referiu que essa posição é partilhada pelo Município de Vila Nova de Gaia e que a própria Suldouro se mostrou disponível para negociar e corrigir a situação.-----
Concluiu reforçando que o Município continuará a acompanhar atentamente a evolução deste processo.-----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado os documentos em epígrafe, no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. --

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência das seguintes inscrições:-----

1 – Jorge Teixeira-----

Assunto: Extensão da isenção temporária do IMI prevista na Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro.-----

2 – Eduardo Couto -----

Assunto: Petição “Indaqua fora de Santa Maria da Feira!”. -----

Interveio o munícipe **Jorge Teixeira** que deu nota que a sua intervenção se prende com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e mais concretamente sobre um aspeto relativamente ao qual verificou que ainda não tinha sido tomada qualquer decisão, não tendo encontrado documentação sobre o assunto, facto que, segundo referiu, lhe foi igualmente confirmado pelos serviços municipais. -----

Referiu que a habitação constitui um direito básico e fundamental e recordou que o Governo passou a permitir, através de decreto-lei, a prorrogação da isenção de IMI por mais dois anos, para além dos três anos inicialmente previstos na aquisição de um novo imóvel, desde que essa



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

prorrogação fosse deliberada pelo respetivo município. -----

Disse que, assim, é necessário haver uma deliberação, motivo pelo qual apelou para que a Assembleia Municipal delibere no sentido de permitir essa prorrogação, entendendo que tal medida se enquadra na missão das autarquias de proteger e apoiar a sua população e que, tratando-se de uma matéria relacionada com a habitação, faz todo o sentido proceder à sua aprovação. -----

De seguida, interveio o munícipe **Eduardo Couto** que referiu ser do conhecimento público que a Comissão Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda de Santa Maria da Feira lançou uma petição denominada “Indaqua fora de Santa Maria da Feira!”, que defende o fim da concessão do serviço de abastecimento de água no concelho. Informou que a petição recolheu um total de 1.834 assinaturas de cidadãos de diferentes origens, sensibilidades e quadrantes políticos, manifestando a convicção de que muitos dos subscritores teriam, inclusivamente, votado no atual executivo municipal, considerando, por isso, que se trata de uma iniciativa muito mais abrangente do que o apoio de um partido político, refletindo o crescente descontentamento da população feirense relativamente à empresa concessionária do serviço de abastecimento de água. -----

Acrescentou que a petição ultrapassa significativamente o número mínimo de 250 assinaturas previsto no Regimento da Assembleia Municipal. Disse que, contudo, devido a uma lacuna das normas em vigor, que exigem a indicação do número de eleitor, requisito que considerou obsoleto e ultrapassado, a opção foi recorrer à intervenção neste período da sessão, em representação dos 1.834 peticionários, para submeter à consideração da Assembleia o teor da petição, o que faz, nos seguintes termos: -----

“Em Santa Maria da Feira, a Indaqua pratica uma das tarifas de água mais elevadas do país e a mais cara do distrito de Aveiro. Foi recentemente noticiado que, para um consumo de 180 metros cúbicos de água, os



municípios feirenses pagam cerca de 419 euros, enquanto no concelho da Moita o valor ronda apenas os 65 euros, o que representa uma diferença absolutamente injustificável. -----

Para além da questão tarifária, a atuação da concessionária não garante o acesso igualitário aos serviços de água e saneamento, sendo frequentemente marcada por práticas que os municípios consideram persecutórias e desproporcionadas. -----

A água é um bem público, um direito humano fundamental e não deve ser tratada como um negócio orientado pelo lucro. -----

Assim, os(as) peticionários(as) exigem que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira assuma um compromisso claro com a defesa do interesse público e avance com as seguintes medidas: -----

1. A remunicipalização do serviço de abastecimento de água e saneamento durante o atual mandato autárquico; -----
2. A aplicação de um tarifário específico para famílias numerosas, com quatro ou mais elementos, assegurando o acesso à quantidade mínima indispensável de água ao menor custo possível; -----
3. O fim das taxas de ligação e da taxa de disponibilidade; -----
4. A remunicipalização do serviço de recolha de resíduos, garantindo um acesso universal, regular e equitativo em todo o concelho; -----
5. A cobertura total da rede de abastecimento e saneamento no prazo máximo de dois anos. -----

Por considerarem estas medidas essenciais para a justiça social, a saúde pública e a dignidade de todos os Feirenses, os(as) abaixo-assinados(as) solicitam que esta petição seja apreciada pelos órgãos competentes e que sejam tomadas decisões que coloquem o interesse público acima de interesses privados.” -----

Concluiu informando que, no final da sessão, faria chegar à Mesa o documento integral da petição, acompanhado das subscrições dos 1.834 cidadãos, para que, caso assim fosse entendido, o mesmo fosse distribuído



R.
J. S.
João Cunha

aos restantes deputados municipais e pudesse vir a ser objeto de apreciação em ponto próprio de uma futura reunião da Assembleia Municipal. -----
Por último, dirigiu um repto ao Sr. Presidente da Câmara para que se pronunciasse sobre o descontentamento manifestado pelos peticionários e pelos munícipes relativamente à gestão da empresa Indaqua, e se considera ser tempo de pôr termo a uma situação que gera um elevado descontentamento no Concelho. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por agradecer as questões e os temas apresentados pelos dois cidadãos.-----
Sobre a questão colocada pelo munícipe Jorge Teixeira, salientou que a lei prevê uma isenção de IMI durante três anos, podendo os municípios deliberar a extensão desse período por mais dois anos, referindo, contudo, que essa matéria ainda não tinha sido discutida. Acrescentou que o Executivo tem seguido uma política de prudência no âmbito da política fiscal e das isenções fiscais, recordando que, na candidatura apresentada às últimas eleições autárquicas, ao contrário da maioria das restantes candidaturas, não assumiu o compromisso de reduzir os impostos municipais nem de alterar o regime das isenções fiscais. Nesse sentido, afirmou que não é intenção do Executivo, nem no corrente ano económico nem no próximo, apresentar essa proposta, ressalvando, contudo, que a atuação da Câmara é dinâmica e que todas as matérias permanecem em constante avaliação. -----

Reconheceu que a solução apresentada pelo munícipe é legalmente possível e poderá, no futuro, fazer sentido, mas explicou que, por razões de prudência orçamental, a Câmara ainda não tomou essa deliberação. Garantiu que, caso assim venha a entender, o Executivo não deixará de submeter essa proposta à Assembleia Municipal, agradecendo, por fim, a preocupação genuína e o contributo cívico do munícipe. -----
Sublinhou que o Executivo tem mantido este posicionamento e considerou



ser seu dever transmitir, com toda a frontalidade, ao cidadão que suscitou a questão, que não está previsto, a curto ou médio prazo, que a Câmara Municipal proponha à Assembleia a extensão da isenção do IMI. Esclareceu, porém, que essa posição não decorre de qualquer entendimento ideológico ou fechado sobre a matéria, mas exclusivamente de critérios de natureza orçamental e de prudência financeira.-----

De seguida, saudou o regresso de Eduardo Couto à Assembleia, embora em diferente qualidade. Referiu ter ficado claro que a petição apresentada resulta de uma iniciativa do Bloco de Esquerda e traduz uma posição assumidamente ideológica contra as concessões, acrescentando que aquele partido se opõe a este tipo de modelos, quer em Santa Maria da Feira quer noutros territórios. Considerou essa posição legítima e respeitável, mas salientou que o Partido Social Democrata, bem como muitos eleitos do Partido Socialista, têm uma posição diferente, entendendo que as concessões podem constituir uma solução válida.-----

Acrescentou que, para além de respeitar essa posição ideológica, o Executivo respeita muito o resultado das eleições autárquicas, que conferiram legitimidade democrática ao programa com que se apresentou a sufrágio. Recordou que as eleições decorreram há apenas oito ou nove meses e que a questão da Indaqua constituiu o principal tema da campanha eleitoral, tendo todos os partidos tido oportunidade de apresentar as suas propostas. Referiu que o Partido Social Democrata foi o único que assumiu claramente que não procederá à remunicipalização do serviço, não poria termo à concessão, nem promoveria uma redução do preço da água sem a devida sustentação económica, ao contrário dos restantes partidos que defenderam, com cálculos ou sem cálculos, na sua maioria sem cálculos, a redução do preço da água ou até mesmo o rasgar do contrato de concessão.-----

Referiu que essas propostas assentam na passagem do princípio do utilizador-pagador, fazendo uma comparação impossível, com o município da Moita, onde vigora o modelo do contribuinte-pagador.-----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Sublinhou que, caso o serviço fosse remunicipalizado, alguém teria de pagar, pelo que os respetivos custos teriam de ser suportados pelos contribuintes do concelho, independentemente do nível de consumo de água de cada um, defendendo que não existem modelos gratuitos de abastecimento de água, mas apenas diferentes formas de financiamento desse serviço.-----

Reforçou que, nas últimas eleições, os cidadãos não escolheram a proposta agora defendida na petição, embora reconhecendo que o poderão fazer no futuro. Disse já ter visto dezenas de petições, mas que é incontornável que, acima de qualquer petição, está o sufrágio direto e universal, realçando que o Executivo tem o dever de respeitar o mandato democrático que lhe foi conferido e de cumprir o programa com que se apresentou aos eleitores, executando, relativamente ao contrato de concessão, os compromissos então assumidos. -----

Ressalvou, ainda, que qualquer contrato de concessão é dinâmico e que o Município permanecerá sempre na defesa intransigente do interesse dos feirenses, podendo recorrer aos mecanismos previstos sempre que identifique situações que o justifiquem. -----

Por fim, reiterou que o Executivo saúda o exercício cívico representado pela apresentação da petição, mas que está vinculado ao programa sufragado pelos eleitores, comprometendo-se a cumprir a vontade expressa nas urnas pelo povo, que lhe deu uma maioria clara e retirou outros partidos desta Assembleia. -----

Concluindo, realçou que o Executivo permanecerá sempre disponível para qualquer discussão, recordando, contudo, que a questão da água constituiu o tema central, mais debatido e mais controverso das últimas eleições autárquicas, tendo os cidadãos manifestado a sua posição através do voto.

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----



Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 00 horas e 15 minutos do dia 27 de junho de 2026, a Sra. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,